ADVOCACIA CAIXA
Revista da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal
Ano 4 | Edição IV

Um novo ciclo da Advocef em ação

À frente da associação por dois biênios, Anna Claudia de Vasconcellos passa o comando da Advocef ao advogado Marcelo Quevedo do Amaral. Com foco no fortalecimento institucional, a gestão investiu em tecnologia, modernizou os serviços e ampliou as frentes de trabalho

ENTREVISTA
Rita Serrano é reconduzida ao CA

CAPACITAÇÃO
Advocef investe em cursos para valorização da carreira

BALANÇO
Diretoria Executiva presta contas

TECNOLOGIA
Análise de dados reduz processos

UMA OAB DE PORTAS ABERTAS PARA VOCÊ!

A OAB segue escrevendo a sua história, em defesa da advocacia brasileira. Juntos, somos a maior entidade civil do país, com 1 milhão e 200 mil inscritos.

E a união da classe é nosso trunfo para continuar superando qualquer desafio. Agora, iniciamos um novo capítulo nesta trajetória, promovendo a defesa da constituição e das instituições, a independência institucional, o fortalecimento das prerrogativas, a tecnologia e inovação, a diversidade, a sustentabilidade, a participação, a interiorização do sistema OAB, o apoio à jovem advocacia, a capacitação e a assistência às advogadas e aos advogados. Estamos de portas abertas para toda a advocacia brasileira.

Diretoria OAB Nacional
Triênio 2022-2025

Beto Simonetti
Presidente da OAB NAcional

Rafael Horn
Vice-Presidente

Sayury Otoni
Secretária-Geral

Milena Gama
Secretária-Geral Adjunta

Leonardo Campos
Diretor-Tesoureiro

idp

A 5ª INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR DO BRASIL QUE MAIS APROVA NA OAB

É A EXCELÊNCIA DO IDP CONSTRUINDO O FUTURO DA ADVOCACIA

GRADUAÇÃO EM DIREITO

IDP.EDU.BR

EXPEDIENTE

A Revista Advocacia Caixa é uma publicação da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal, entidade de classe sediada em Brasília. O periódico tem distribuição gratuita em todo território nacional e não vende assinaturas. A comercialização de espaços publicitários só pode ser realizada por representantes credenciados da Advocef. A publicação não coaduna com práticas ilegais ou ilícitas e recomenda que, em caso de venda de exemplares ou comercialização de espaços publicitários, seja feita denúncia à polícia local e notificação à Advocef.

Seus comentários, críticas e sugestões são fundamentais para uma publicação cada vez melhor. Envie e-mail para comunicacao@advocef.org.br ou carta para o endereço SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, Ed. João Carlos Saad, 5º Andar, salas 510/511 | CEP: 70070-120 | Tel. (61) 3224-3020 / 0800-601-3020. Para sugestões de pauta ou publicação de artigos, envie e-mail para comunicacao@advocef.org.br. O conteúdo será submetido à aprovação da Diretoria Executiva da Advocef.

REVISTA ADVOCACIA CAIXA
Ano 4 | nº 4 | abril de 2022

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADVOCEF
Presidente: Anna Claudia de Vasconcellos **Vice-Presidente:** Fernando da Silva Abs da Cruz **1º Secretário:** Gabriel Augusto Godoy **2º Secretário:** Linéia Ferreira Costa **1º Tesoureiro:** Duílio José Sanchez Oliveira **2º Tesoureiro:** Melissa dos Santos Pinheiro Vassoler Silva

DIRETORES
Relacionamento Institucional: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva **Comunicação:** Marcelo Dutra Victor **Honorários:** Marcelo Quevedo Amaral **Negociação:** Marisa Alves Dias Menezes **Prerrogativas:** Sandro Cordeiro Lopes **Jurídico:** Ricardo Carneiro da Cunha **Jurídico interino:** Magdiel Jeus **Social:** Claudia Elisa Medeiros Teixeira

CONSELHO DELIBERATIVO
1º Titular: Luiz Fernando Padilha **2º Titular:** Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim **3º Titular:** Renato Luiz Harmi Hino **4º Titular:** Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa **5º Titular:** Henrique Chagas **6º Titular:** Luiz Fernando Schimidt **7º Titular:** Elton Nobre de Oliveira **1º Suplente:** Weiquer Delcio Guedes Junior **2º Suplente:** Daniele Cristina Alaniz Macedo **3º Suplente:** Alfredo Ambrósio Neto

CONSELHO FISCAL
1º Titular: Dione Lima da Silva **2º Titular:** Rodrigo Trassi de Araújo **3º Titular:** Marcos Nogueira Barcellos **1º Suplente:** Edson Pereira da Silva **2º Suplente:** Jayme de Azevedo Lima

EDIÇÃO: João Pedro Carvalho, Telmo Fadul

REPORTAGENS: Marciana Alves, Rosi Araújo

DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE: Gabriel Menezes

IMPRESSÃO: Athalaia Gráfica e Editora Ltda

TIRAGEM: 350 exemplares

CAPA

EDITORIAL

PALAVRA DA PRESIDENTE

Foto: Advocef

Quatro anos se passaram desde que assumi a presidência da Advocef. Ao escrever estas breves palavras, recordo de inúmeros momentos e situações em que testemunhei a força da coletividade e a importância do trabalho em equipe para alcançar o bem maior para o máximo de pessoas possível. Foi graças ao compromisso e à disposição dos colegas da Diretoria Executiva, dos conselhos Deliberativo e Fiscal, dos colaboradores, de cada associado e associada, que conseguimos concluir dois biênios seguidos, marcados pela forte atuação associativa em defesa das prerrogativas e da manutenção da CAIXA 100% Pública e Sustentável.

Desde a fundação, a Advocef teve a sorte de ter excelentes gestões, que só fizeram fortalecer e engrandecer nossa associação. Nós seguimos no fortalecimento incansável da credibilidade institucional da associação perante a CAIXA e demais entes associativos e sindicais, além da execução de ações para a valorização do quadro jurídico – "O ouro da Casa".

E justamente por reconhecer a importância de cada advogado e advogada da CAIXA é que a Advocef ampliou a atuação ao longo dos últimos anos e se fez presente em frentes de trabalho que afetam a vida dos nossos associados nos mais diversos sentidos. A batalha junto às demais entidades pela suspensão da CGPAR 23; a participação, junto à CONTEC, na elaboração de proposta para o modelo de custeio do Saúde Caixa; o acompanhamento das questões relativas à FUNCEF, com a chapa FUNCEF com Futuro, são alguns exemplos disso.

Durante o período mais crítico da pandemia também atuamos junto às demais entidades associativas e movimentos sindicais pela manutenção do home office aos empregados, medida adotada, também, na associação, a fim de preservar a saúde de nossos colaboradores, já que as autoridades sanitárias recomendavam fortemente o distanciamento social.

Enquanto a valorosa equipe Advocef trabalhava de casa, eu estava na sede cuidando dos assuntos de nosso interesse, sempre em contato com a Diretoria Executiva, pois nossa atuação não podia parar! Por mais solitário que tenha sido esse momento, também foi muito enriquecedor, pois nessas horas é que sabemos com quem contar, e eu sempre puder contar com todos os membros da Diretoria.

Não podemos nunca esquecer que sem a CAIXA não existe jurídico e sem jurídico não existe a Advocef. E aqui cabe um agradecimento especial e devido a todos os advogados que escolheram estar associados. Sem a nossa união não existe associação. Muito obrigada! Desejo todo sucesso à nova gestão encabeçada pelos queridos e competentes Marcelo Quevedo do Amaral e Melissa Pinheiro Vassoler, que terão a responsabilidade de dar continuidade a isso tudo. E assim o farão, com toda certeza! Sigamos Unidos.

SUMÁRIO

8 PERFIL - Advogado, escritor e presidente da Advocef

20 ENTREVISTA - Rita Serrano e o trabalho no Conselho de Administração da CAIXA

10 ADVOCEF - Com destaque para investimentos tecnológicos, Diretoria Executiva apresenta os resultados da gestão

13 GERAL - A trajetória de Anna Claudia de Vasconcellos em favor da categoria

14 ADVOCEF - Conselho Fiscal realiza auditoria na sede da Advocef

16 ADVOCEF - Acesso à ferramenta para Pesquisa de Bens auxilia na continuidade de processos

17 ADVOCEF - Convênios firmados nos últimos dois biênios contribuem para a valorização da carreira

18 ADVOCEF - Advocef promove cursos para atualização do quadro jurídico da CAIXA

24 ESPECIAL - Rumo aos 30 anos: relembre momentos que marcam a história da Advocef

26 CAIXA - Com foco na perenidade, GT CONTEC elaborou proposta de custeio para o Saúde Caixa

28 CAIXA - Empregados estatais conseguem o fim da CGPAR 23, que afetava diretamente a assistência à saúde

30 ADVOCEF - Advocef e AudiCAIXA unidas em prol da FUNCEF

32 GERAL - Diretor jurídico da CAIXA é condecorado pela Marinha do Brasil com a Medalha Mérito Tamandaré

33 ADVOCEF - Sob o comando do advogado Marcelo Quevedo, chapa Advocef em Ação é reconduzida à diretoria da associação

34 CAIXA - Corregedoria da CAIXA é premiada como uma das melhores do Brasil pela CGU

38 ARTIGO - Fraude contra a execução e fraude contra credores

42 ENTREVISTA - Associado compartilha conhecimento sobre o mercado financeiro no site da Advocef

46 GERAL - Eleita para o Conselho Federal, associada pretende ser um elo entre a CAIXA e a OAB

48 EVENTOS - Advocef prestigia solenidade de posse da OAB Nacional

50 CAIXA - Análise de dados permite redução significativa de processos do Jurir/BH

53 ARTIGO - Quem é a Impostora?

56 ALÉM DO DIREITO - Associado conquista prêmio em concurso de monografias sobre a história do Ceará

58 ALÉM DO DIREITO - A história do guerreiro Cadito

60 ALÉM DO DIREITO - Campanha da Advocef arrecada recursos e envia ajuda à população vítima das chuvas na Bahia

Advogado, escritor e presidente da Advocef

Foto: Arquivo/Advocef

Marcelo Quevedo

Com uma carreira que mescla experiência profissional com atuação acadêmica, Marcelo Quevedo do Amaral assume a presidência da Advocef no próximo Congresso, que se realiza em Campinas/SP

Gaúcho de Porto Alegre, Quevedo, 46 anos, é casado e pai de um menino. Advogado da CAIXA, é morador da cidade de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul. Em breve, também se tornará mais um cidadão com a missão de assumir a presidência da Associação dos Advogados da CAIXA Econômica Federal – Advocef, com sede em Brasília.

Antes de contar mais um pouco do novo desafio, é preciso explorar a sua trajetória. Marcelo Quevedo ou Dr. Quevedo é doutor e mestre em direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Também é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Além disso, tem especialidade em Direito Registral Imobiliário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em Processo Civil pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

Atuou na Caixa principalmente na área consultiva e na recuperação de créditos. Desde 2005, Quevedo passou a integrar o time da CAIXA. Participando da Advocef desde o início, assumiu a Diretoria de Honorários no biênio de 2016. Em uma das áreas mais sensíveis da Advocef, Quevedo desenvolveu um constante trabalho com relação ao incremento da arrecadação de honorários, divulgação de boas práticas na recuperação de créditos e incentivo à política de conciliação.

Outra habilidade do gaúcho, de sotaque sutil, é a escrita, com artigos publicados e um livro sobre o papel da CAIXA. A obra surgiu após sua passagem pela equipe de consultoria do banco público no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. O livro apresenta o papel da estatal como um importante e inovador operador de políticas públicas, que, na maioria das vezes, é totalmente desconhecida pelos próprios colaboradores e pela sociedade.

Biênio

Com relação ao novo desafio na Advocef, Quevedo contou que continuará a expandir o trabalho que vem sendo realizado, com amplos debates, defesa dos direitos da categoria e, sobretudo, a busca de melhores condições de trabalho para os advogados. O presidente acrescentou que a associação se encontra mais madura, consolidada, o que favorece o desenvolvimento de ações e políticas mais qualificadas. Para isso, o presidente conta com um time de diretores, conselheiros e comissões. Mas também é preciso destacar duas qualidades em Marcelo Quevedo: paciência e resiliência, que, juntas, apresentam-se como habilidades para estar à frente dessa missão.

FACULDADE Unyleya

Advocef firmou parceria com a Faculdade Unyleya e oferece aos seus associados

descontos de até 58%*

em todos os cursos de

Pós-Gradução EAD

INSIRA O CÓDIGO PROMOCIONAL

CONVENIO -ADVOCEF

Conheça alguns cursos de Pós-Graduação EAD mais procurados

Direito Administrativo
Direito Digital
Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Direito e Previdência Privada
Direito Previdenciário
Direito Tributário
LLM em Direito Contratual
LLM em Direito Empresarial
Mediação de Conflitos e Arbitragem
Perícias de Avaliação Patrimonial de Bens e Direitos

Mais de 1800 Cursos de Pós-Graduação EAD

unyleya.edu.br

0800 604 2210

@faculdadeunyleya

*Desconto não cumulativo, válido apenas para novas matrículas. Consulte condições.

Com destaque para investimentos tecnológicos, Diretoria Executiva apresenta os resultados da gestão

Foto: Arquivo Advocef

Em live para associados, diretores prestaram contas da atuação associativa, fiscalização, arrecadação e do rateio de honorários

A Diretoria Executiva da Advocef promoveu uma live, em dezembro de 2021, para apresentar aos associados os principais atos no decorrer dos dois últimos biênios (2018-2020/2020-2022) sob o comando da presidente Anna Claudia de Vasconcellos.

"A prestação de contas foi feita pela equipe de colaboradores da associação, que é o braço operacional das decisões firmadas pela Diretoria Executiva, e, encaminhadas pelo Conselho Deliberativo, as sugestões do Conselho Fiscal – explicou Vasconcellos".

"Nós decidimos fazer a prestação de contas das últimas duas gestões para todos os associados porque acreditamos que os instrumentos oferecidos pela tecnologia permitem essa conversa mais direta com cada um", disse a presidente.

O evento foi dividido em duas etapas. Na primeira, os colaboradores apresentaram os principais pontos da atuação associativa, como a contratação de cursos, os convênios firmados e o trabalho na defesa de prerrogativas. Em seguida foi apresentada a prestação de serviços referentes aos honorários, como fiscalização, arrecadação e rateio.

O associado Jeremias Pinto Arantes de Souza, considera de suma importância a prestação de contas promovida pela Diretoria Executiva. "A transparência é essencial sempre, em qualquer atividade, ainda mais na associativa que atua na representação dos associados. Não é à toa que hoje temos a lei de transparência para as atividades públicas. Aos representados deve ser dada oportunidade de fiscalização, e isso só é possível com transparência na prestação de informações", comenta.

A associada Ana Paula Galinatti Schreiber aprova a prestação de contas, pois, na avaliação dela, é uma medida de transparência e comunicação da Diretoria com os associados. "O formato virtual permitiu o alcance e conhecimento do tema para um número maior de pessoas, viabilizando o acesso pelos colegas do Brasil inteiro às informações e tiragem de dúvidas", afirma.

Durante a live, a analista financeira da Advocef, Bárbara Brás Gomes, contou que o período de pandemia contribuiu para modernizar rotinas do financeiro, pois a Advocef passou a utilizar o canal de Internet Banking para realizar os pagamentos de fornecedores, colaboradores e demais despesas. Ela também apresentou informações referentes aos honorários advocatícios pertencentes aos advogados da CAIXA no período que compreende julho de 2018 até setembro de 2021.

Foto: Arquivo Advocef

Na foto, a analista financeira da Advocef, Bárbara Brás, apresenta dados sobre a área na reunião da Diretoria Executiva

"A Advocef preza pela transparência em seus processos, portanto, todos os detalhes sobre as questões financeiras são divulgados na área do associado. Além disso, a cada seis meses a entidade passa por uma auditoria fiscal externa, feita por empresa indicada pelo Conselho Fiscal. No último parecer, a associação não recebeu nenhuma ressalva, o que aponta a seriedade da gestão na administração dos recursos", destaca a analista financeira.

Na apresentação, disponível para acesso na área restrita do site, fica clara a importância da campanha de renegociação de dívidas da CAIXA "Você no Azul" para a arrecadação. O documento também destaca os acordos relevantes nesse período, fruto do trabalho dos advogados das Unidades Jurídicas de Bauru (SP), do Ceará, de Maceió e do Rio de Janeiro.

Sem fronteiras

Responsável pela produção dos eventos da Advocef, a analista administrativa Jéssica Souza conta que, no início da gestão, a presidente Anna Claudia de Vasconcellos decidiu dar continuidade aos Ciclos de Palestras, iniciados durante a administração do ex-presidente Álvaro Sérgio Weiler Júnior. Além de realizar visitas institucionais às Unidades Jurídicas, a Advocef convidava autoridades, professores, advogados do quadro e especialistas para tratar de temas de interesse dos associados nesses encontros. Em razão da pandemia, a associação precisou se adaptar para manter a promoção das importantes discussões. Agora elas ocorrem de forma digital.

"Esse trabalho rompeu as fronteiras, pois antes ele era feito num determinado jurídico para um número limitado de pessoas, hoje essas discussões ocorrem de forma online. Todos os associados espalhados pelo Brasil inteiro conseguem assistir e participar, ao vivo, dos eventos", ressalta a analista administrativa.

Para garantir a qualidade das formações online, a Advocef investiu na contratação de especialistas e instituições reconhecidas no universo jurídico. Além disso, o novo formato permite o aprofundamento nos temas propostos, de forma a garantir a fixação do conteúdo, já que o material de apoio e o vídeo da respectiva aula ficam disponíveis na área do associado. Outra inovação nesse sentido foi a automatização das inscrições para os cursos. Hoje, os associados podem fazer as matrículas automaticamente na área restrita do site.

A busca para ofertar cada vez mais possibilidades de formação e atualização do quadro jurídico da CAIXA foi um marco das duas últimas gestões, na avaliação da analista de secretaria Anne Karollyne Leite. "Nesses últimos quatro anos, a Advocef firmou parcerias e convênios com algumas das melhores instituições de ensino do Brasil. Isso amplia o leque de opções para o associa-

do interessado em atualizar os conhecimentos e mostra como a associação está atenta às exigências no âmbito do Direito, que passa por mudanças tão significativas e contínuas", diz.

Tecnologia

As restrições impostas pela pandemia exigiam soluções rápidas e eficientes para garantir a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Advocef. Como explica o analista de T.I. Walisson Gomes, uma das primeiras providências da Diretoria Executiva nesse período foi solicitar a disponibilização do acesso remoto para permitir o home office dos colaboradores e manter os serviços de forma segura. Enquanto a equipe Advocef atuava de casa, a presidente optou por continuar os trabalhos na sede da associação de forma presencial.

Com o crescimento dos cursos online foi registrado um número maior de acessos ao site, aplicativo e sistema da Advocef. De acordo com Gomes, o parque tecnológico da associação é muito robusto, por isso, foi necessário migrar para a hospedagem web da Amazon. Por ser uma gigante no mercado, a empresa consegue realizar o serviço por um valor mais em conta, é aberta, flexível e mais segura.

Por falar em segurança, a Advocef adotou medidas para se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e garantir que as informações dos associados e não associados, constantes em seus sistemas, estejam protegidas.

"Logo que a Dra. Anna Claudia assumiu a presidência, nós buscamos os serviços de uma empresa de segurança de dados. Hoje trabalhamos com a Guard T.I., que nos dá esse suporte e garante a proteção do nosso banco de dados, que traz informações de cerca de 1.200 pessoas. Nós temos uma responsabilidade muito grande quanto a isso", comenta.

Com o site mais moderno, a Advocef ampliou, também, a participação nas redes sociais. Os perfis @advocefoficial no Facebook, Instagram e Twitter são atualizados diariamente para comunicar atos como a defesa das prerrogativas, a atuação da Advocef em prol da CAIXA 100% Pública e Sustentável, as negociações em favor da categoria, entre outras ações institucionais. A análise de dados do perfil da Advocef no Instagram nos últimos dois anos mostra que as publicações atingiram cerca de 1.700 contas, entre perfis de associados, entidades associativas, movimentos sindicais, instituições e o público em geral. As redes sociais também são uma forma de aproximar a entidade de seus associados, que buscam os chats para tirar dúvidas de forma instantânea acerca de assuntos que envolvem a associação. A presidente Anna Claudia de Vasconcellos também criou um grupo no WhatsApp com os Representantes das Unidades Jurídicas para se comunicar de forma direta, clara e objetiva com os colegas.

Ao final da prestação de contas, o diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, parabenizou o trabalho da equipe de colaboradores e dos colegas da Diretoria Executiva.

"Anna junto com o Abs fizeram um trabalho maravilhoso nesse tempo de incertezas, de pandemia. Você [Anna] foi muito corajosa e eu me orgulho de ter presenciado toda a sua abnegação pela nossa associação. Parabéns aos nossos colegas! Talvez tenhamos uma das melhores Diretorias da história. Eu que já passei por várias posso falar", disse Castro.

A presidente Anna Claudia de Vasconcellos agradeceu a todos os advogados que escolheram estar associados à Advocef e, também, aos colaboradores. Na opinião dela, ficou muito clara a importância do trabalho associativo, especialmente neste período de pandemia.

A gestão de Anna Claudia de Vasconcellos se encerra em 21 de abril de 2022, quando a nova Diretoria Executiva, presidida pelo advogado Marcelo Quevedo Amaral, toma posse, no XXVI Congresso Nacional da Advocef, em Campinas (SP). Para acessar a prestação de contas na íntegra, basta fazer login no endereço **areadoassociado.advocef.org.br/pessoa/login.**

> "Anna foi muito corajosa e eu me orgulho de ter presenciado toda a abnegação dela pela nossa associação."
> - Carlos Castro

A trajetória de Anna Claudia de Vasconcellos em favor da categoria

Uma trajetória profissional marcada pelo trabalho em defesa da categoria. Essa frase ajuda a resumir os quase 19 anos de carreira da advogada Anna Claudia de Vasconcellos na CAIXA. Logo que foi admitida na empresa, em 2003, ela fez questão de se associar à Advocef e acompanhar de perto as questões tratadas pela representação dos advogados.

Determinada a lutar pela valorização da carreira, ela aceitou a missão de participar da Diretoria Executiva, em 2008, como diretora de negociação coletiva. No mesmo ano, a Advocef teve assento à Mesa de Negociações com a CAIXA junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), um passo determinante na luta dos advogados, que buscavam o reconhecimento de suas demandas, como a revisão da política salarial para as carreiras profissionais, compromisso incluído pela CAIXA no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2008/2009). "Nós buscávamos o reconhecimento e a valorização da categoria, não apenas no que diz respeito à remuneração, mas, também, em relação às condições de trabalho", comenta Vasconcellos.

Essa proposta deu início a uma mobilização histórica da qual participou ativamente. Ela integrou o Comitê de Greve em 2009, quando advogados, arquitetos e engenheiros protagonizaram a maior paralisação já registrada pelo banco, com 52 dias de duração. "Entre outros pontos, eu considero esse momento histórico, pois foi diante de uma grande prova que descobrimos a força da nossa união enquanto categoria. O slogan do nosso movimento, 'unidos somos mais fortes', ecoou pelos jurídicos de todo o Brasil e foi essa certeza que nos trouxe até aqui", lembra.

Foto: Arquivo/Advocef

Depois disso, a advogada intensificou sua participação na Advocef, atuando no Conselho Deliberativo e, depois, na vice-presidência da entidade no biênio 2010-2012.

A primeira mulher à frente da Advocef

Acostumada a enfrentar desafios, Anna Claudia de Vasconcellos decidiu encarar um dos mais importantes de sua carreira: concorrer à presidência da Advocef. Com o voto de confiança de mais de 60% dos associados e associadas, ela foi eleita no biênio 2018-2020, pela Chapa Advocef em Ação, a primeira mulher presidente da associação. No biênio de 2020-2022, ela foi reconduzida ao cargo com 73,82% de aprovação.

Durante os últimos quatro anos, a presidente teve a missão de dar continuidade ao trabalho em prol do fortalecimento institucional da Advocef. Além disso, a associação ampliou a atuação e se fez presente em frentes de trabalho que afetam a vida dos associados nos mais diversos sentidos. "A batalha junto às demais entidades pela suspensão da CGPAR 23; a participação, junta à mesa CONTEC, na elaboração de proposta para o modelo de custeio do Saúde Caixa; o acompanhamento das questões relativas à FUNCEF, com a chapa FUNCEF com Futuro, são alguns exemplos disso", diz a presidente. O mandato de Vasconcellos se encerra em 21 de abril, quando entrega o posto ao advogado Marcelo Quevedo do Amaral.

Conselho Fiscal realiza auditoria na sede da Advocef

Foto: Arquivo/Advocef

Dione Silva, Rodrigo de Araújo e Marcos Barcellos

Em razão da pandemia, conselheiros analisaram os livros contábeis do período que compreende o segundo semestre de 2019 até junho de 2021

Os titulares do Conselho Fiscal (CF) da Advocef, Dione Lima da Silva, Rodrigo Trassi de Araújo e Marcos Nogueira Barcellos, realizaram, entre 7 e 8 de dezembro de 2021, auditoria na sede da Associação, em Brasília (DF), conforme previsto no Estatuto Social da entidade.

A cada semestre, a Advocef passa por auditoria externa, feita por empresa indicada pelo Conselho Fiscal. Após a análise, os auditores técnicos emitem o parecer, que segue para apreciação dos conselheiros.

Durante os dois dias de trabalho, os advogados analisaram os livros contábeis do período que compreende o segundo semestre de 2019 até junho de 2021, pois, durante a pandemia, não foi possível realizar reuniões presenciais na sede da entidade.

Para o 1º titular, Dione Lima, essa análise funciona como um controle, também realizado pela própria Diretoria de forma a prevenir qualquer situação que possa representar risco à Associação.

"É uma prestação de contas para os associados, para que eles saibam que estamos aqui fiscalizando, se sintam seguros e possam confiar no trabalho que está sendo desempenhado pela Diretoria da Advocef", explica.

Já o 2º titular, Rodrigo Trassi, destaca a autonomia do CF, que não está vinculado à Diretoria Executiva. Na avaliação dele, a auditoria contribui para a saúde financeira da Advocef, além de ser uma questão de responsabilidade jurídica.

"Nós somos auxiliados por auditores técnicos, pois nós não somos, efetivamente, técnicos em contabilidade. Exatamente por isso é que se contrata uma empresa. Mas, nós temos nosso papel de fiscalizar. O Conselho Fiscal trabalha em conjunto com a Diretoria, mas tem autonomia para apontar eventuais erros e buscar a solução", conta.

Para o 3º titular, Marcos Nogueira Barcellos, o trabalho do CF tem um campo de atuação amplo, com a verificação dos atos, contratos e contas da Advocef – o que beneficia não somente os associados, mas todos os advogados, uma vez que a entidade é a gestora do fundo comum de honorários.

"Essa análise da regularidade dos atos que são praticados pelos demais órgãos da gestão é um trabalho que beneficia toda a coletividade dos advogados da CAIXA", completa.

Após a auditoria, o Conselho Fiscal deve emitir a Ata de Conselho Fiscal, com o parecer opinativo sobre o Relatório Anual e a Prestação de Contas da Diretoria sob o ponto de vista de sua conformidade formal e mérito das despesas.

79 anos
AASP
Há 79 anos facilitando e potencializando o exercício da advocacia

A Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) celebra, em 2022, quase **oito décadas** de dedicação e trabalho como parceiro indispensável da **advocacia**, acompanhando toda a jornada profissional, por meio da oferta de **produtos e serviços** de excelência, e defendendo os **interesses** da classe!

Nosso agradecimento a todos que fazem parte da nossa história!

Acompanhe pelas redes sociais as ações da AASP

Conheça todos os nossos produtos e serviços

aasp.org.br

AASP

Foto: Arquivo/Advocef

Marcelo Quevedo, novo presidente da Advocef

Acesso à ferramenta para Pesquisa de Bens auxilia na continuidade de processos

A Advocef disponibilizou acesso ao site que faz a pesquisa em cartórios de todo o Brasil. Custo do serviço é pago pela Associação mediante envio de boleto para o setor financeiro da entidade.

Por meio da Pesquisa de Bens é possível saber se uma pessoa, seja ela física ou jurídica, possui bens imóveis cadastrados. Essa prática contribui com o trabalho dos advogados e facilita a continuidade dos processos. Por isso, a Advocef disponibilizou o acesso à ferramenta do site Documentos no Brasil, que trabalha em conjunto com os cartórios de todo o país e fornece as informações requeridas com base no CPF ou CNPJ.

Para solicitar a Pesquisa de Bens, o advogado da CAIXA deve acessar o endereço **www.documentonobrasil.com.br**.

Como explica o novo presidente, Marcelo Quevedo, são suportadas pela Advocef eventuais despesas com esse serviço e diligências de execuções de honorários.

"O site é autoexplicativo, de fácil acesso. Basta preencher os dados no formulário, escolher a forma de pagamento pelo serviço de pesquisa como boleto e encaminhar para o setor financeiro da Advocef, que fará o custeio", diz Quevedo.

Após o preenchimento do formulário é iniciado o processo de pesquisa. A equipe do Documento no Brasill entra em contato com os Cartórios de Registro de Imóveis para verificar se há ou não bens imóveis em seus arquivos correspondentes aos dados informados. Depois disso, o resultado ficará disponível na Central do Cliente com os imóveis encontrados. Caso nenhum bem imóvel seja encontrado na apuração realizada, a conclusão será apresentada no site como "Nada Consta". Além de verificar se uma pessoa possui ou não bens, o serviço pode ser usado para ter informação sobre bens para penhor e obter dossiê de uma empresa ou pessoa.

Banco de Peças Processuais

Além de disponibilizar o acesso à ferramenta de pesquisa, a Advocef mantém sempre atualizado o Banco de Peças Processuais, que traz orientações sobre diversos temas relevantes para o dia a dia dos advogados da CAIXA.

O acervo disponível na área do associado conta, também, com a Cartilha de Orientações Sobre Efetividade na Recuperação de Crédito em Situações Comuns, de autoria do advogado Jeremias Pinto Arantes de Souza. Recentemente o material foi atualizado com novas dicas para otimizar o trabalho.

Para consultar as orientações e modelos de peças processuais basta acessar a área do associado mediante login e senha, em seguida procurar por "Banco de Peças Processuais", onde estão disponibilizados os documentos.

Convênios firmados nos últimos dois biênios contribuem para a valorização da carreira

Foto: internet

Os associados que buscam aprimorar os conhecimentos em prol de alcançar outros patamares na carreira podem aproveitar uma série de vantagens exclusivas por meio das parcerias firmadas entre a Advocef e instituições de renome no país.

No segundo semestre de 2020, a entidade se associou ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que, entre outras atividades, desenvolve o Programa de Certificação para conselheiro de administração, conselheiro fiscal e membro do comitê de auditoria.

A associação da Advocef ao IBGC garante, ainda, a participação gratuita nos fóruns de debate, exclusividade nas jornadas técnicas no Brasil e no exterior, além de descontos em todos os cursos e eventos do Instituto, que também atua na elaboração de pesquisas, no desenvolvimento de publicações e na difusão de conteúdo produzido por parceiros.

"Nossa ideia é oferecer cada vez mais opções de capacitação em instituições de ensino respeitadas e reconhecidas em todo Brasil. Nesse sentido, a parceria com o IBGC é mais uma oportunidade que a Advocef traz para os associados prepararem seus currículos", comenta a presidente da Associação, Anna Claudia de Vasconcellos.

A entidade também firmou convênio com duas novas instituições de ensino. Uma delas é o Instituto Presbiteriano Mackenzie, que garante descontos aos associados em todos os cursos de pós-graduação lato sensu, stricto sensu e em cursos de extensão, ministrados nas unidades da instituição. Entre outras opções, é possível fazer pós-graduação a distância em Direito Administrativo e Administração Pública, Direito e Processo do Trabalho e Compliance Digital.

Outro recente convênio foi com a Faculdade Unyleya. Esse acordo oferece mais de 1.400 cursos de pós-graduação a distância em 50 áreas e até 58% de desconto por meio do código promocional "Convênio Advocef". Para conhecer todas as opções de cursos e a tabela de valores referentes a cada um, basta acessar o site **unyleya.edu.br**.

As parcerias partiram de um esforço da Diretoria Executiva para oferecer oportunidades de formação aos associados

Outras parcerias

No início da gestão de Anna Claudia de Vasconcellos, a entidade, que já ostentava importante parceria com a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), firmou novos contratos de convênio com a escola de idiomas English for Business, o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), a Escola Brasileira de Direito (Ebradi) e o Instituto de Inglês Jurídico Thiago Calmon, que, como nos outros contratos, também se estendem aos parentes de primeiro grau. Atualmente, a Advocef conta com sete convênios voltados à educação. Para saber como aderir, basta procurar a secretaria da Advocef ou acessar o site da instituição **www.advocef.org.br**.

Advocef promove cursos para atualização do quadro jurídico da CAIXA

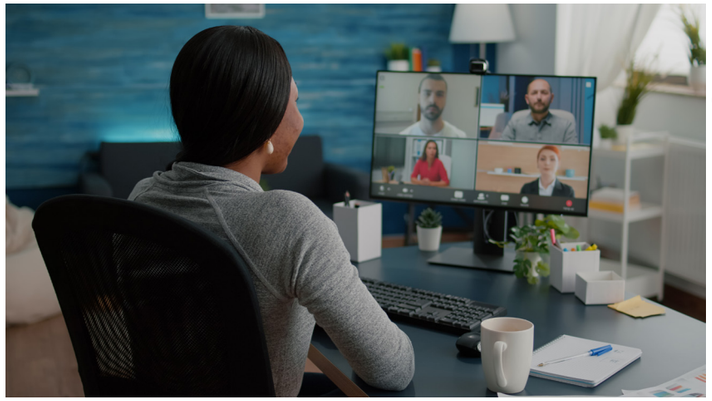


Foto criada por DCStudio

Rodrigo Trassi, advogado da CAIXA pelo Jurídico de Bauru (Jurir-BU)

> A atuação da Advocef como fomentadora do aprimoramento técnico-educacional dos associados tem sido muito exitosa. Tem ampliado o acesso do associado a cursos e conteúdos relevantes, que permitem a contínua capacitação, a um baixo custo, e, inclusive, gratuitamente – o que é uma vantagem absurda em comparação com outras carreiras.” - Rodrigo Trassi

Capacitações abordaram temas com os quais os advogados da CAIXA trabalham diariamente

Comprometida em ofertar cursos com impacto direto na rotina dos advogados, a Advocef ofereceu, ao longo de 2021, capacitações online com certificação aos associados. A primeira abordou o Direito do Trabalho, com orientação dos juízes do Trabalho Fabiano Coelho de Souza e Antonio Umberto de Souza Júnior – fundadores do projeto Trabalho Notável. As outras duas capacitações versaram sobre Direito Tributário e acerca do Mercado Financeiro e de Capitais, com aulas ministradas pelas professoras Ana Lygia Rego, Adriana Stamato, Catarina Rodrigues e Vanessa Inhasz Cardoso, da empresa ThinkLaw.

O associado Rodrigo Trassi, do Jurídico de Bauru (Jurir-BU), participou das três formações. Na avaliação dele, os professores que ministraram as aulas são muito preparados tecnicamente e demonstraram vasta experiência no exercício da docência. “Os cursos foram bastante abrangentes e me proporcionaram grata atualização de conteúdo, além de novos conhecimentos. Foi uma experiência muito positiva e gratificante”.

Desde o início da pandemia, a Advocef passou a oferecer as capacitações de forma digital para garantir a atualização do quadro jurídico da CAIXA. Para o representante do Jurir-BU, a modalidade de ensino online não deixa a desejar em relação aos cursos presenciais. Além de ser uma experiência confortável e produtiva, oferece vantagens como a economia de tempo e de recursos, uma vez que não é necessário o deslocamento para uma sala de aula física.

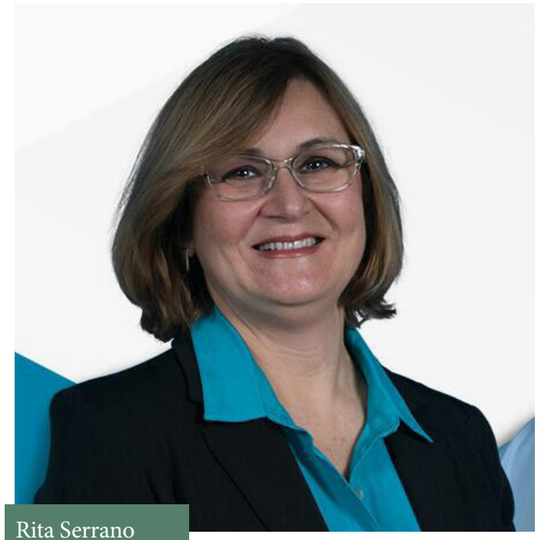
“A atuação da Advocef como fomentadora do aprimoramento técnico-educacional dos associados tem sido muito exitosa. Tem ampliado o acesso do associado a cursos e conteúdos relevantes, que permitem a contínua capacitação, a um baixo custo, e, inclusive, gratuitamente – o que é uma vantagem absurda em comparação com outras carreiras”, opina Trassi, que também é membro do Conselho Fiscal da Associação.

Ele considera os assuntos abordados muito importantes para advogados da CAIXA, que diariamente atuam em ações trabalhistas, tributárias e em atividades consultivas sobre o mercado financeiro. “São temas umbilicalmente ligados às atividades do banco e, por isso, objeto de revisita constante”. Considerando as mudanças tecnológicas, Trassi acredita ser necessária a promoção de cursos nas áreas de ciberdireito, mercado de ações e criptomoedas.

Idealizadora da ThinkLaw, Ana Lygia Rego explica que os cursos oferecidos são desenvolvidos a partir das necessidades dos clientes, após uma avaliação detalhada. Por meio desse conteúdo personalizado, exclusivo e diverso, que permite a expansão dos horizontes intelectuais, os alunos são preparados para os momentos desafiadores.

A missão das professoras ao longo dos encontros virtuais foi levar a sala de aula para o ambiente corporativo e vice-versa. Para isso, contaram com a experiência em busca de mesclar teoria e prática nas aulas, de forma a propiciar uma visão ampla, com foco em inovação e diversidade de pessoas e ideias.

“Os alunos são muito participativos e a metodologia propicia o aprendizado mútuo e baseado em experiências práticas – o que é muito rico, considerando a diversidade cultural, regional e profissional dos membros da Advocef”, avalia Ana Lygia, que também é professora na FGV Direito SP e pesquisadora na área de Economia Comportamental, Regulação e Políticas Públicas.



Rita Serrano

Foto: Arquivo Pessoal

Entrevista com Rita Serrano

Em votação que ocorreu entre os dias 14 e 17 de fevereiro deste ano, a conselheira foi reeleita para representar os empregados do banco com mais de 90% dos votos válidos. Em entrevista à Advocef, a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas falou sobre a motivação para atuar em prol dos trabalhadores, o apoio recebido das entidades associativas e sindicais, a importância de representar a categoria na alta administração da CAIXA e as perspectivas para o novo mandato. Confira a entrevista na íntegra:

A senhora é empregada da CAIXA desde 1989, já ocupou diversas funções no banco, mas algo que marca sua trajetória pessoal é a atuação no movimento sindical e social. Qual é a motivação para desenvolver esse trabalho?

Em primeiro lugar quero agradecer o convite para essa entrevista, parabenizar a Advocef e a Anna [Claudia de Vasconcellos, presidente da entidade] pela gestão que se encerra e parabenizar Marcelo [Quevedo, presidente eleito da entidade] pela posse.

É uma pergunta profunda. Venho de uma família muito humilde e desde a infância enxergava as injustiças sociais. Comecei minha militância nos grupos de jovens da igreja católica. Para entender melhor a realidade, resolvi fazer faculdade de História. Naquele momento, tive certeza de que minha vida seria dedicada a fazer a diferença na construção de um mundo fraterno e digno para todos. Essa é minha motivação, o sentido para a jornada. Entrei na Caixa em 1989, fiz carreira e, depois de alguns anos, a vida me encaminhou para o movimento sindical, onde fui presidenta do Sindicato dos Bancários do ABC. Fiquei anos atuando em movimentos sociais, focando meu trabalho na periferia, com jovens carentes. Trabalhar na Caixa me ajudou a ter a dimensão do poder que uma política pública voltada para a inclusão pode ter para um país em construção. Por essa razão nos últimos anos dedico minha energia em prol do patrimônio público brasileiro, tão ameaçado nesse momento, e, obviamente, na defesa da Caixa, que, por ser um banco com poder real para melhorar a vida da população brasileira, precisa se manter público.

A senhora foi eleita pela primeira vez ao Conselho de Administração da CAIXA em 2017, no decorrer dos anos sempre teve alto índice de aprovação entre os empregados, prova disso é a reeleição, neste ano, com 90,78% dos votos válidos. Como avalia esse resultado?

São vários fatores. Em primeiro lugar, é fruto do trabalho próximo que tenho junto aos colegas e entidades, dialogando e prestando contas das minhas posições, meus votos no conselho e acolhendo as demandas. O apoio das entidades, incluindo a Advocef, a união de propósito de todos, também foi preponderante na votação. Agora, sem dúvida alguma, ao votar em mim, os empregados deram um grito de basta, de resistência às iniciativas de privatização da Caixa, contra a piora das condições de trabalho e o aumento das cobranças e pressões.

Na sua opinião, qual a importância de um representante eleito pelos empregados no Conselho de Administração das empresas públicas?

Muito embora a Constituição Brasileira de 1967 já tratasse dessa possibilidade, e alguns países como a Alemanha tenham essa garantia para empresas públicas e privadas desde o final da segunda guerra mundial, no Brasil, a lei que garantiu a eleição de um representante dos trabalhadores é recente, de 2010, e só vale para empresas públicas.

Em recente artigo que publiquei em periódico da Universidade de São Caetano do Sul (USCS) sobre o histórico da presença dos trabalhadores eleitos pelo mundo, a conclusão que cheguei é que essa participação cumpre a função de democratizar a gestão empresarial, melhorar a fiscalização dos usos dos recursos e levar o olhar dos trabalhadores para a alta administração. Tal discussão incorpora plenamente o conceito "Environmental, Social and Governance" (ESG), surgido em 2005 em uma conferência liderada por Kofi Annan, então secretário-geral das Organização das Nações Unidas (ONU). Esse conceito, resumidamente, expressa que a operação das empresas deve ser socialmente responsável e sustentável, e que as empresas devem ser corretamente gerenciadas, sempre atentas aos impactos gerados ao meio-ambiente, à sociedade, bem como aos parceiros e colaboradores.

Sustentabilidade e perenidade das empresas certamente serão defendidas fortemente por seus empregados presentes em seus conselhos de administração. No caso das estatais, nesse momento, o papel principal dos conselheiros vem sendo a defesa das empresas públicas contra o processo de privatização.

Como é atuar no Conselho de Administração da CAIXA sendo a única representante eleita entre os membros?

Ser minoria não é fácil, sou a única empregada da Caixa, na maioria das vezes, a única com voz destoante da maioria, e durante muito tempo, a única mulher. Precisa ser resiliente, ter foco, qualificar a discussão. A pressão é grande, mas nunca permiti que me intimidassem. Sei do meu papel e da responsabilidade que carrego ao representar os trabalhadores e entidades.

A pandemia mostrou a importância da CAIXA e do trabalho desempenhado por seus empregados, que atenderam milhões de brasileiros atingidos pela crise econômica e social. Como tem sido sua atuação em prol de melhores condições de trabalho para a categoria?

A crise sanitária trouxe para os bancários e prestadores de serviço da Caixa um sentido maior da palavra superação, já que a covid-19 acarretou mortes, tristeza e a necessidade de cumprimento do papel social da empresa, exigindo de seus trabalhadores rotinas extensas (e com grande risco de contaminação) para atender

dignamente a milhões de brasileiros desamparados pela crise econômica e social.

Junto com as entidades, defendi a necessidade do home office, protocolos de segurança nas agências, vacina para todos, contratações, investimentos em tecnologia e humanização das relações de trabalho, sem a cobrança exacerbada por metas.

Os empregados da Caixa nunca se furtaram ao compromisso com o povo brasileiro, pois carregam nas veias o DNA da missão pública no sentido mais nobre da palavra, mas merecem segurança no trabalho, respeito e reconhecimento.

Qual a importância da atuação em conjunto das entidades associativas e sindicatos nesse sentido?

Entidades de representação e sindicatos são organismos da democracia e responsáveis por ações em prol da melhoria das condições de vida e trabalho dos empregados e pela manutenção e fortalecimento da Caixa Pública. Mesmo com a atuação tendo várias outras exigências e nuances legais, esse também é o papel do conselheiro eleito.

Portanto, a união de forças do meu mandato com as entidades é um marco histórico, que fortalece nossas pautas e prova que só com união, solidariedade, resistência e garra conseguiremos continuar vencendo os desafios colocados.

Dois pontos principais se destacam em sua atuação no CA: a defesa dos interesses dos empregados e as ações pela manutenção da CAIXA 100% pública. Quais foram os principais desafios no desempenho desse trabalho?

Atuar contra as iniciativas de privatização das operações, contra a Caixa S/A e retiradas de direitos dos empregados sem dúvida alguma vem sendo o principal desafio.

Em parceria com entidades e parlamentares, estive na linha de frente do movimento em defesa da Caixa, propondo ações de resistência a esse processo, o que garantiu que o governo não tenha, até momento, conseguido realizar tudo o que havia planejado. Na minha avaliação, foram muitas batalhas, algumas derrotas, mas as vitórias se destacaram: derrubada da CGPAR 23, da MP 995, mudança no texto do PLS 555, manutenção do Saúde Caixa e, mesmo com a venda de parte dos ativos, a Caixa se mantém pública. O mandato sofreu muitas pressões em decorrência do meu posicionamento crítico, a resposta veio do apoio da categoria, com os mais de 90% dos votos na reeleição.

Quais são suas perspectivas com relação ao novo mandato?

As perspectivas são de continuar focada em construir propostas e articular ações para a garantia da sustentabilidade, integridade e governança da Caixa. Ampliar a sinergia com as entidades para manter os direitos dos empregados, afinal, neste ano, teremos renovação do acordo coletivo de trabalho, além de atuar para humanizar as relações de trabalho, valorização dos profissionais e todo corpo funcional.

A novidade é que pretendo, até o final do ano, lançar um livro, onde vou contar um pouco da minha trajetória e experiência no conselho.

Agradeço novamente o espaço. Quero encerrar a entrevista com uma frase de Santo Agostinho que uso como inspiração.

"A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las."

> "Os empregados da Caixa nunca se furtaram ao compromisso com o povo brasileiro, pois carregam nas veias o DNA da missão pública no sentido mais nobre da palavra, mas merecem segurança no trabalho, respeito e reconhecimento."

Advocef cada vez mais conectada a você

A associação está presente em todas as redes sociais para melhor atender e divulgar o trabalho dos advogados da CAIXA e se aproximar ainda mais de cada associado.

Curta, compartilhe, siga a Advocef nas Redes Sociais e ajude a promover a integração dos advogados no Brasil

Rumo aos 30 anos de associação

Foto: Arquivo/Advocef

A história da Advocef teve seu início num Brasil que vivia um dos momentos políticos mais delicados e importantes pós-redemocratização. Naquele 1992, o país presenciava o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Em agosto de 2022, a associação celebrará 30 anos de fundação. Ao longo do tempo, a entidade foi se fortalecendo, ganhando novos associados e se consolidando como forte instrumento em defesa da CAIXA e da advocacia estatal.

O diretor de relacionamento institucional da associação, Carlos Castro, lembra que o contexto do país e a necessidade de defender os interesses da categoria motivaram um grupo de advogados a fundarem a Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal (Advocef).

"Não pensávamos em defender apenas as nossas prerrogativas, a nossa classe de advogados, mas, principalmente, a CAIXA, que corria sério risco de ser privatizada naquela época", lembra o advogado que presidiu a entidade por dois biênios seguidos (2010-2014).

"Eu tenho muito orgulho de ter feito parte da fundação e de ter contribuído para que a Advocef hoje seja uma das mais importantes associações ou entidades de advogados do Brasil", complementa Castro.

Regulamentação dos honorários

Quando a Advocef foi fundada, o Estatuto da Advocacia e OAB (lei 8.906/1994) ainda não existia. O texto editado dois anos depois da criação da entidade regulamentou o direito à percepção dos honorários sucumbenciais pelos advogados, em especial, dos empregados, assunto que já era objeto de discussões e pleitos da categoria bem antes de sua edição.

Mais tarde, os advogados promoveram o primeiro Congresso da Advocef, que ocorreu entre 19 e 21 de abril de 1995, em Brasília (DF). No evento, os integrantes da associação elaboraram o Regulamento de Honorários e Sucumbência, que seria apresentado à diretoria da CAIXA. O evento é considerado pelos advogados um momento histórico fundamental na definição dos rumos da associação. Parte da tradição da entidade, o encontro é realizado uma vez a cada ano em diversas cidades do país.

O acordo com a CAIXA

O Regulamento de Honorários elaborado pelos associados em meados de 1995 não foi reconhecido pela CAIXA na época, o que frustrou as expectativas dos advogados. Porém, a luta não parou ali. Após anos de negociações num processo que envolveu os associados e seus representantes, a Advocef, enfim, conseguiu firmar o acordo da regulamentação dos honorários advocatícios com a CAIXA. O direito conquistado em 2001 também marcou o reconhecimento oficial da associação como representante dos advogados da CAIXA, assim como a garantia de normatização da cobrança e do controle contábil das verbas.

Um movimento histórico

Com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), a Advocef encabeçou, ao lado da ANEAC, a maior paralisação da história da CAIXA (com 52 dias de duração), protagonizada por advogados, arquitetos e engenheiros. Os profissionais da CAIXA estavam unidos na busca da valorização profissional. A greve de 2009 é considerada um momento histórico que solidificou a importância institucional da associação.

A advogada Fabiola Oliveira Alencar, do Rio Grande do Norte, avalia que a Advocef teve uma importância fundamental na defesa das prerrogativas dos advogados, como a conquista e administração dos honorários e a discussão das questões primordiais do quadro jurídico da CAIXA.

"A associação fortaleceu a nossa categoria, a nossa profissão dentro da CAIXA, e serviu de modelo para várias outras instituições que procuraram a Advocef para saber como era a nossa gestão e anseios da nossa categoria", lembra a advogada, que assume como 1ª Secretária na gestão 2022-2024, em abril.

Jurídico da CAIXA leva um ministro ao STJ

Em 2011, ano que a CAIXA completou 150 anos de existência, a Advocef comemorou a nomeação de um associado como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Advogado de longa carreira e ex-diretor jurídico do banco, Antonio Carlos Ferreira, assumiu uma vaga, pelo Quinto Constitucional, no STJ. Presidente da associação na época, o diretor de relacionamento institucional da entidade, Carlos Castro, avaliou a indicação do colega ao cargo de ministro como o reconhecimento do trabalho dos advogados da CAIXA.

Ao longo da trajetória, os associados assumiram cargos importantes no Conselho Federal da OAB em vários estados do Brasil. Além disso, a associação foi firme nos posicionamentos perante os tribunais, ganhando a simpatia de ministros, juízes e servidores da justiça brasileira.

Castro também destaca o trabalho da Advocef junto ao Congresso Nacional e ao Sistema de Justiça, o que fortaleceu a entidade. Ele garante que, hoje, institucionalmente, os associados são uma parcela muito importante da Advocacia brasileira. "Com certeza o maior escritório de advogados estatais federais da nossa nação. Se hoje nós temos uma carreira reconhecida, respeitada e valorizada, deve-se muito ao trabalho institucional desenvolvido, que conseguiu mostrar o excelente trabalho do nosso quadro de profissionais do Direito!", diz.

Fabíola Oliveira Alencar recorda que muitas outras discussões e mobilizações marcaram a luta da Advocef em prol dos advogados da CAIXA ao longo dessas três décadas. "Só temos a agradecer e reconhecer sempre aos que foram os fundadores e iniciaram toda a trajetória da Advocef, que enfrentaram as adversidades. Foi uma ideia fantástica e primordial para a trajetória de todos os advogados da CAIXA", agradece.

Ao recordar as vitórias ao longo do caminho, Castro parabeniza todos que de uma forma ou de outra contribuíram para fortalecer a Advocef e a categoria, e diz ainda tem muito a ser feito. "Cabe àqueles que assumirem daqui para frente o comando da nossa associação, dar seguimento a esse brilhante trabalho que foi desenvolvido por todos os presidentes e pelas competentes diretorias que por aqui passaram", conclui.

Com foco na perenidade, GT CONTEC elaborou proposta de custeio para o Saúde Caixa

Modelo criado com a participação ativa da Advocef buscou um plano de saúde com menor impacto financeiro e acessível a todos

A Advocef tem ampliado sua participação em diversas frentes de trabalho que impactam a vida dos advogados. Uma delas é a atuação em prol do Saúde Caixa, o plano de assistência à saúde dos empregados do banco, cuja sustentabilidade financeira está sob constante risco.

No ano passado, a associação participou ativamente do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC) para discutir e elaborar uma forma de custeio que tornasse o plano de saúde sustentável e acessível a todos os empregados.

Para entender a situação do plano e possibilitar a proposição de um modelo de custeio que atendesse aos anseios de todos, a CONTEC contratou o trabalho da empresa Ícone, especializada nesse tipo de pesquisa. Além da Advocef, o GT CONTEC contou com a participação da AudiCAIXA, da Aneac e da Fenag.

Entre outros pontos, a proposta apoiada pela Advocef previa a criação de um piso mínimo de pagamentos que variasse conforme a idade do usuário do plano. Além disso, mantinha o pagamento mensal em 3,5% da remuneração e o limite de coparticipação em R$ 3,6 mil por grupo familiar.

A Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) também elaborou uma proposta para o custeio do Saúde Caixa, que, mais tarde, seria colocada em votação.

A presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, conta que, por participar ativamente da elaboração da matéria, a associação não tinha dúvidas de que o modelo de custeio elaborado pelo GT CONTEC era o que melhor se adequava ao desejo de manutenção de um plano de saúde perene, com menor impacto financeiro e acessível a todos.

"A outra proposta [da Contraf-CUT] previu a inclusão de uma 13ª parcela no ACT, por meio de um aditivo, o que, de um lado, representa o equacionamento do déficit do Saúde Caixa, e, de outro lado, não resolverá a questão da sua necessária perenidade", lembra.

A votação

Todos os beneficiários do Saúde Caixa possuem o direito de conhecer e decidir sobre propostas elaboradas pelas representações dos trabalhadores. Nesse sentido, a Advocef incentivou os associados e colegas das demais entidades a darem ampla divulgação ao assunto, que foi tema de assembleia geral entre 28 e 29 de outubro de 2021.

A CONTEC levou para apreciação dos titulares do plano de assistência à saúde o modelo elaborado por seu Grupo de Trabalho, bem como aquele desenvolvido pela Contraf-CUT. Essa, por sua vez, decidiu levar às suas bases somente o próprio modelo de custeio para avaliação.

Dessa forma, a votação na CONTEC foi válida apenas para os empregados que compunham a base territorial daquela confederação. Assim, os que estavam em bases territoriais da Contraf-CUT apenas votaram a favor ou contra a proposta da Contraf. Ao final do período, a proposta da CONTEC não foi aprovada.

Empregados estatais conseguem o fim da CGPAR 23, que afetava diretamente a assistência à saúde

Representantes dos empregados estatais se reuniram no Senado durante a votação da proposta que sustava efeitos da CGPAR 23

Foto: Arquivo/Advocef

Advocef atuou fortemente para conscientizar os parlamentares sobre a importância da proposta. Associação também se mobilizou nas redes sociais junto aos empregados e demais entidades

Proibição da adesão de novos contratados ao plano de saúde, restrição do acesso a aposentados, cobranças por faixa etária, carências, franquias e redução da participação das estatais no custeio da assistência médica. Essas medidas estabelecidas pela CGPAR23 amedrontavam empregados estatais desde que a resolução foi publicada em 2018.

Na época, as entidades representativas da categoria iniciaram diversas mobilizações em busca de defender a manutenção do direito ao acesso ao plano de assistência à saúde dos trabalhadores.

Após anos de negociações e articulação, em setembro de 2021, os empregados estatais puderam finalmente comemorar a derrubada das medidas impostas pela resolução CGPAR 23. O longo caminho para esse resultado tão significativo foi percorrido pela Advocef em conjunto com as demais entidades representativas e os próprios trabalhadores.

A presidente da associação, Anna Claudia de Vasconcellos, explica que a entidade trabalhou pelo fim da resolução desde que foi editado o texto do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/2018), de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), para sustar os efeitos da CGPAR 23. Logo que a matéria foi apresentada, a associação esteve diversas vezes na Câmara dos Deputados mostrando como a manutenção da CGPAR 23 seria prejudicial aos empregados e buscando apoio à aprovação da proposta.

Um dos maiores receios com relação ao tema, diz Vasconcellos, era o estabelecimento

Foto: Arquivo/Advocef

Anna Claudia e Carlos Castro encontram o senador Romário (PL-RJ)

das diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. Projeções da negociação coletiva de 2020 apontavam que a limitação de custeio do plano pela empresa aumentaria as mensalidades dos usuários a níveis muito altos, fazendo com que milhares de empregados da ativa e aposentados não conseguissem pagar.

Na tentativa de evitar a aplicação da CGPAR 23, a Advocef iniciou um intenso movimento de conscientização dos parlamentares, o que contribuiu para a aprovação do PDC 956/2018 na Câmara dos Deputados. Depois disso, o texto seguiu para apreciação no Senado Federal como o PDL 342/2021, sob relatoria do senador Romário (PL-RJ).

Durante esse trabalho em busca de apoio para a aprovação da matéria, o diretor de relacionamento institucional da Advocef, Carlos Castro, e a presidente Anna Claudia de Vasconcellos, estiveram com o senador para explicar" a importância da aprovação do texto para os trabalhadores. Na avaliação de Castro, Romário reconheceu a importância da matéria.

A favor da aprovação, o parlamentar salientou a inconstitucionalidade da CGPAR 23 em seu relatório. "A resolução restringe indevidamente o direito dos empregados à saúde e viola direitos adquiridos dos trabalhadores à manutenção das condições do contrato de trabalho", diz trecho do documento.

Paralelamente ao trabalho direto no Congresso Nacional, a Advocef esteve engajada nas mobilizações por meio das redes sociais. A entidade convidou os empregados a pressionarem os senadores dos respectivos estados pela aprovação da proposta que anulava os efeitos da CGPAR 23, e assim aconteceu.

"Após muito trabalho, conseguimos aprovar o projeto na Câmara. Quando o texto seguiu para o Senado, nos encontramos com o relator do projeto, o senador Romário Faria (PL-RJ), e deixamos claro quão grave era a manutenção da CGPAR 23. Ele se mostrou solidário aos empregados estatais e emitiu um relatório favorável ao texto, que, graças ao engajamento de todos, foi aprovado. Sem dúvidas uma grande vitória fruto da nossa união", comentou a presidente da Advocef.

Após aprovação, o texto foi promulgado, em 8 de setembro de 2021, como o Decreto Legislativo 26/2021, pelo 1º vice-presidente do Senado, senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), no exercício da Presidência do Congresso.

Advocef e AudiCAIXA unidas em prol da FUNCEF

Foto: Arquivo/Advocef

Chapa FUNCEF com Futuro. Da esquerda para a direita: Carlos Henrique, Fernando Abs, Henrique Chagas, Fátima Alves

Advogados e auditores fiscais formaram a Chapa FUNCEF com Futuro, que concorreu nas eleições aos conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação em 2021

Preocupadas com o contexto de incertezas envolvendo a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), a Advocef e a Associação Nacional dos Auditores Internos da Caixa Econômica Federal (AudiCAIXA) decidiram firmar uma parceria, em junho de 2021, para concorrer às eleições dos conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação.

Com um olhar sensível ao presente e ao futuro dos mais de 137 mil participantes e assistidos da instituição, que é o terceiro maior fundo de pensão do país, as entidades montaram um time técnico, formado por advogados e auditores fiscais, dando origem à Chapa FUNCEF com Futuro.

O advogado Fernando Abs da Cruz e o auditor fiscal Carlos Henrique formaram a dupla de participantes que concorreu ao Conselho Deliberativo. Para o Conselho Fiscal, a Chapa contou com o advogado Henrique Chagas e a auditora Fátima Alves, ambos assistidos.

"Decidimos unidas, Advocef e AudiCAIXA, abraçar esta campanha eleitoral para a Fundação. Estamos certos de que gestão com foco no trabalho técnico, transparente, leal, responsável, para e pela Fundação e cada um de seus empregados e participantes, permitirá que, com ações no presente, alcancemos uma FUNCEF com Futuro", diz trecho do comunicado feito pelas entidades no ano passado.

Além das restrições impostas pela pandemia, a Chapa FUNCEF com Futuro tinha outro desafio: alcançar participantes e assistidos em todo o Brasil, o que foi conseguido com auxílio da tecnologia, por meio de lives e debates nas redes sociais. Mas, um fator que fez a diferença no alcance da mensagem da Chapa foi o apoio recebido de representantes de aposentados e empregados da ativa nos quatro cantos do país.

Para os apoiadores da campanha, que ajudaram a divulgar a chapa, os candidatos apresentaram um caminho viável de transformação. A campanha foi baseada em pilares como conhecimento técnico, transparência, comprometimento e diálogo.

Os candidatos abraçados pela Advocef e pela AudiCaixa concorreram aos conselhos Deliberativo e Fiscal com outras duas chapas. Mesmo sem estrutura ou a capilaridade de seus concorrentes, o grupo conquistou uma votação expressiva nas eleições. Na mensagem de agradecimento, os candidatos parabenizaram a Chapa 1 pelo resultado e agradeceram a cada participante e assistido pelos 12.308 votos de confiança.

Foto: Arquivo/Advocef

"Mesmo pouco conhecidos entre os colegas e sem estrutura ou capilaridade, construímos no decorrer de pouco mais de um mês de campanha uma rede de apoio formada por pessoas e entidades que acreditaram em nossos pilares, comprometidas com a FUNCEF e com cada um dos seus participantes e assistidos", diz trecho da mensagem de agradecimento publicada nas redes sociais.

Construindo uma FUNCEF com Futuro

O compromisso de defender participantes e assistidos não cessou com o resultado das eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal no ano passado. Nas Eleições FUNCEF 2022, a chapa eleitoral fechada foi substituída pelas candidaturas individuais. O pleito atual contempla a escolha dos diretores de Benefícios e de Administração e Controladoria, dois conselheiros deliberativos, um fiscal e seus respectivos suplentes, com primeiro turno marcado para o período entre 22 e 25 de abril.

O desejo de atuar na construção de uma FUNCEF com Futuro motivou a Advocef a apoiar a candidatura da advogada Anna Claudia de Vasconcelos à Diretoria de Administração e Controladoria da Fundação. O mandato dela como presidente da associação se encerra em 21 de abril.

A Diretoria de Administração e Controladoria é responsável pela gestão administrativa e tecnológica, além gerenciar os setores de riscos e controles internos, áreas extremamente sensíveis para o funcionamento da fundação.

Vasconcellos defende que uma iniciativa fundamental para recuperar a credibilidade da FUNCEF é a implementação da máxima transparência nos seus assuntos, respeitando a normatização aplicável. É preciso se aproximar dos Participantes e Assistidos, o que certamente fortalecerá os mecanismos de fiscalização dos atos, metas e resultados da Fundação.

Candidata à Diretoria de Administração e Controladoria, Anna Claudia de Vasconcellos acredita ainda que é preciso promover anualmente, via streaming, a prestação pública de contas da gestão por cada uma das Diretorias. Embora não seja uma forma prevista no Estatuto, na opinião dela, toda ação legal que aumente a transparência e participação é bem-vinda para a defesa dos interesses de todos os beneficiários dos Planos de Benefícios.

"De um lado, Participantes e Assistidos terão oportunidade de acompanhar e fiscalizar os resultados da Fundação, dada a maior proximidade e interação proporcionada pela transparência; de outro lado, a FUNCEF terá chance de divulgar os esforços da gestão", diz a candidata. Para saber mais sobre a plataforma de campanha de Anna Claudia de Vasconcellos acesse o endereço **www.funcefcomfuturo.com.br**

Diretor jurídico da CAIXA é condecorado pela Marinha do Brasil com a Medalha Mérito Tamandaré

Foto: Arquivo Pessoal

Gryecos Loureiro, diretor jurídico da CAIXA, durante condecoração

Entre as condições para receber a honraria estão a comprovada competência e o esmero no cumprimento do dever

O diretor jurídico da CAIXA, Gryecos Loureiro, foi homenageado pela Marinha do Brasil com a medalha Mérito Tamandaré. Ele recebeu a honraria em 13 de dezembro de 2021, em cerimônia que marcou o Dia do Marinheiro, no Clube dos Fuzileiros Navais, em Brasília.

Entre os requisitos para receber a condecoração se destacam qualidades morais e profissionais, além de comprovada competência e esmero no cumprimento do dever.

Em seu perfil no LinkedIn, Loureiro destacou a felicidade por ter sido um dos agraciados com a condecoração.

"Além da profícua oportunidade de diálogo jurídico entre duas Instituições, que existem também para auxiliar a população brasileira, hoje recebi essa incrível honraria! Gratidão! Medalha Mérito Tamandaré! Muito Feliz por ter sido um dos agraciados neste ano!", publicou.

De acordo com a Marinha, a condecoração é destinada a homenagear autoridades e instituições, civis e militares, que tenham prestado relevantes serviços no sentido de divulgar ou fortalecer as tradições navais e realçar seus vultos históricos.

Durante a cerimônia, o comandante da Marinha, almirante Almir Garnier dos Santos, destacou os feitos do Almirante Tamandaré pelos diversos episódios que marcaram a história brasileira. Ele lembrou que a independência do Brasil foi consolidada pelo mar, onde muitos brasileiros sacrificaram suas vidas em nome da liberdade dos demais.

"É por essas águas que escoam 95% de nosso comércio exterior, águas em que possuímos grandes reservas de recursos naturais e de biodiversidade e também onde se assentam mais de 90% das reservas de petróleo e de gás natural", disse o comandante.

A homenagem contou com a participação do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e dos ministros da Defesa, Walter Braga Neto, e do Gabinete de Segurança Institucional, general Heleno Ribeiro Pereira.

Sob o comando do advogado Marcelo Quevedo, chapa Advocef em Ação é reconduzida à diretoria da associação

A chapa Advocef em Ação, encabeçada pelo advogado Marcelo Quevedo do Amaral, foi reconduzida ao comando da entidade, com 80,34% de aprovação dos associados, nas eleições gerais para o biênio 2022-2024, que ocorreram em fevereiro deste ano. A posse da nova Diretoria Executiva ocorre no dia 21 de abril, na abertura do XXVI Congresso Nacional da Advocef, em Campinas (SP).

Conforme aponta o relatório divulgado pela Comissão Eleitoral, 523 associados participaram da votação para eleger a Diretoria Executiva e os membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal. Desse total, 462 advogados se manifestaram a favor da chapa única – Advocef em Ação. Brancos e abstenções somaram 11,66% dos votos.

O presidente eleito, Marcelo Quevedo do Amaral, agradeceu os votos de confiança e falou sobre o empenho em atuar em prol da categoria.

"Muito obrigado a todos que reforçaram a aprovação à Chapa Advocef em Ação nessas eleições. Nossa missão é dar continuidade ao brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido pela Associação em defesa das prerrogativas e, com certeza, esse apoio será imprescindível para enfrentarmos os desafios que estão por vir", ressaltou.

Foto: Arquivo Pessoal

Nova Diretoria Executiva biênio 2022-2024

Mais de 80% dos votantes se manifestaram a favor da chapa

A atual presidente da entidade, Anna Claudia de Vasconcellos, atuará, no próximo biênio, como 1ª Tesoureira. Ela parabenizou os colegas de chapa pela alta porcentagem de aprovação nas eleições.

"A Advocef teve a sorte de ter excelentes gestões desde a sua fundação, que só fizeram fortalecer e engrandecer a nossa Associação. É um trabalho que não tem tido solução de continuidade nesse tempo e tem se mostrado uma escolha certa dos associados", disse.

Para o Conselho Deliberativo, os associados puderam escolher até sete candidatos. O resultado da votação apontou o advogado Fernando Abs da Cruz, de Porto Alegre (RS), como o mais votado, com 269 votos. Em segundo lugar ficou o candidato independente, Luiz Fernando Padilha, do Rio de Janeiro (RJ), que recebeu 249 votos.

Já para o Conselho Fiscal, cada eleitor associado pôde escolher até três candidatos. O mais votado foi o advogado Rodrigo Trassi de Araújo, de Bauru (SP), com 214 votos. Em segundo lugar, com 188 votos, foi eleito o associado aposentado Júlio Vitor Greve.

A votação também elegeu como Representantes de Unidades Jurídicas os advogados: Rodrigo Trassi (Jurir-BU), Angelo Ricardo Alves da Rocha (Jurir-VT), Raquel Bragança de Oliveira (Jurir-RJ), Elson Ferreira Gomes Filho (Jurir-CG).

Para a Comissão de Honorários foram eleitos: Diego Seixas Rios e Diego Campos Góes Coelho, ambos do Jurídico de Brasília. As demais Unidades Jurídicas promoveram a escolha dos Representantes internamente. O relatório com o resultado detalhado da votação e as porcentagens de cada candidato está disponível na área do associado no site da Advocef.

Foto: Instagram CAIXA

Dirigida desde a criação por advogados associados da Advocef, a área recebeu premiação em três categorias do Concurso de Boas Práticas do órgão

A Corregedoria CAIXA (Cored) foi premiada em três categorias como uma das melhores do Brasil em 2021 no "Concurso de Boas Práticas" da Controladoria-Geral da União (CGU): apuração de responsabilidade de entes privados, responsabilização de agentes públicos e inovação.

Para o associado e atual corregedor, Leonardo Groba Mendes, a premiação reconhece o esforço da CAIXA na construção de uma Corregedoria madura, independente, que proporciona um ambiente correcional justo e seguro juridicamente tanto para o empregado quanto para a própria empresa.

Um dos projetos contemplados foi a Biblioteca de Conhecimentos Cored, que dissemina com maior celeridade informações para subsidiar a formação de convicção da Comissão Apuradora – o que contribui para maior efetividade dos procedimentos disciplinares, além de redução de prazos de instrução e da melhoria da qualidade dos trabalhos.

Groba considera a prática uma atitude inovadora da CAIXA frente às demais corregedorias: "A Cored, desde a sua criação, sempre trabalhou para o desenvolvimento de um sistema correcional justo. A ação de valorização à inovação promovida pela CGU é mais um incentivo para que possamos sempre repensar o nosso sistema correcional, que, cada vez mais, deverá primar pela prevenção".

Para o próximo biênio, foram estabelecidos objetivos estratégicos que direcionam a Cored a uma atuação, principalmente, preventiva e conciliatória. Com isso, Groba avalia que a Corregedoria irá se dedicar aos procedimentos disciplinares de maior relevância.

Foto: Arquivo Pessoal

Leonardo Groba Mendes, atual corregedor da CAIXA

> "A Cored, desde a sua criação, sempre trabalhou para o desenvolvimento de um sistema correcional justo. A ação de valorização à inovação promovida pela CGU é mais um incentivo para que possamos sempre repensar o nosso sistema correcional, que, cada vez mais, deverá primar pela prevenção." - Leonardo Groba Mendes

O caminho até o reconhecimento

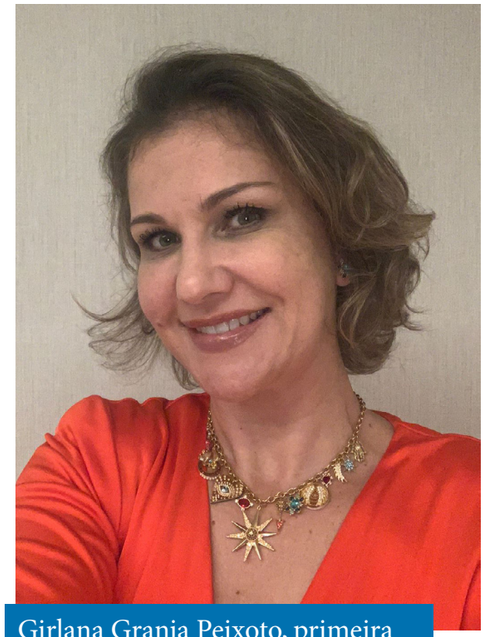
A Cored surgiu em 2015, por meio de Resolução do Conselho de Administração da CAIXA. A primeira corregedora foi a associada Girlana Granja Peixoto, responsável pela implantação e estruturação da área, bem como pelo terceiro maior Processo de Seleção Interno (PSI) do banco, que definiu a equipe.

"Junto com isso, eu ainda tive o desafio de a CAIXA estar passando por algumas investigações na época da Operação Lava Jato. Foi muito difícil, porque, ao mesmo tempo, eu tinha que estruturar a Corregedoria e apurar o suposto envolvimento de dirigentes em irregularidades. Na época, teve muita cobrança da própria CGU, do Ministério Público, mas conseguimos entregar tudo o que foi pedido com excelência", lembra.

Na avaliação dela, o prêmio da CGU corrobora o trabalho que vem sendo feito desde o início na área. "Como primeira corregedora eu fico muito feliz de ver o sucesso. Tenho certeza que isso continuará, pelo alto nível de competência das pessoas que lá trabalham. O jurídico da CAIXA e a Corregedoria são áreas com muita afinidade, e o fato de sermos advogados facilita a atuação, pois, realmente, temos uma expertise e uma experiência que fazem diferença na área".

Ao ser nomeado para assumir a Corregedoria, em 2019, Claudio Gonçalves Marques recebeu um departamento maduro para outros desafios. A ideia era fazer a área ainda mais respeitada, humanizando e dando celeridade ao procedimento disciplinar, de modo a aplicar, de forma imediata e exemplar, as penalidades aos desvios de conduta ou descumprimentos normativos devidamente comprovados, após o devido processo legal, que, na CAIXA, assegura o contraditório e a ampla defesa.

Foto: Arquivo Pessoal



Girlana Granja Peixoto, primeira corregedora da Cored

Foto: Arquivo Pessoal

Claudio Marques, ex-corregedor da Cored

Para alcançar a excelência almejada, o advogado do Jurídico de Belo Horizonte (Jurir-BH) conta que houve alterações no procedimento correcional estabelecido em normativo e nas instâncias julgadoras. Outro ponto de destaque foi a parceria com a Vice-Presidência de Tecnologia, responsável pela digitalização da área, por meio do projeto "Cored Digital", que eliminou o papel no âmbito da unidade e deu origem ao processo disciplinar eletrônico – desde o recebimento da denúncia até o trânsito em julgado.

Segundo Claudio, a criação de requisitos mínimos para admissibilidade de denúncias, como identificação de autoria, fundamentação e materialidade, reduziu de forma significativa a quantidade de processos vazios e infundados, que sobrecarregavam as equipes e, ao final, não produziam resultado prático. "Treinamos virtualmente todos os empregados da Corregedoria e membros de conselhos julgadores, o que fez melhorar a qualidade dos serviços prestados. Agora, a Cored é digital e servida por um sistema corporativo e não mais departamental".

Também foi desenvolvido o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e a Orientação, que são medidas alternativas às penalidades disciplinares, aplicáveis para condutas sem repercussão financeira ou de baixo potencial ofensivo. Por fim, houve a centralização dos processos da rede na Cored e a reestruturação da área.

Na avaliação do associado, a Corregedoria da CAIXA se notabilizou por ser dirigida, desde sua criação, por advogados do quadro, que emprestam seus serviços no âmbito da empresa com competência, profissionalismo e espírito público. "Meu eterno agradecimento a todos os membros da família Cored, sem os quais nada teria sido possível. À Dra. Girlana, que ao criar a área e tão brilhantemente dirigi-la deixou pavimentado e facilitou grandemente o meu caminho, além do carinho com que me recebeu e tratou sempre. E ao Dr. Leonardo Groba, pela parceria, amizade e por tudo o que já está realizando e que ainda fará pelo fortalecimento de tão importante área", conclui Claudio.

Fraude contra a execução e fraude contra credores

por Jeremias Pinto Arantes de Souza

Foto: Arquivo Pessoal

Conforme determina o artigo 792, IV, do Código de Processo Civil – CPC, uma das hipóteses de fraude contra a execução se dá quando a ré ou a executada em processo judicial capaz de ensejar sua insolvência aliena ou onera bens de sua propriedade.

Com efeito, poder-se-ia estabelecer que seriam 3 os requisitos legais para caracterização desta hipótese de fraude contra a execução: **1)** existência de demanda judicial de cobrança; **2)** alienação ou oneração de patrimônio a terceiros; e **3)** não reservar bens suficientes para satisfação da dívida objeto da cobrança judicial (alienação que gera insolvência).

Ocorre que o CPC em vigor desde de março do ano de 2016 positivou o § 2º, do artigo 792 **(sem correspondência no CPC/73)**, atribuindo ao adquirente o ônus de provar que a aquisição não se deu com má-fé apenas em casos de **"bem não sujeito à registro".**

Interpretando a contrário sensu o disposto legal **(§ 2º, do artigo 792, do CPC)** conclui-se que na hipótese de **bem sujeito a registro** o ônus de comprovar a má-fé do terceiro adquirente é da parte exequente, legitimando parcialmente o entendimento sumulado no enunciado 375, do STJ **(neste sentido, para imóveis, temos ainda a previsão na Lei nº 13.097/2015, em seu artigo 54).**

Com efeito, temos um quarto requisito para reconhecimento da fraude contra a execução prevista no inciso IV para bens sujeitos a registro, qual seja, **4)** comprovação da má-fé do terceiro adquirente.

Processos judiciais tramitam desde a distribuição da petição inicial. Tanto é assim que a partir desse momento **(distribuição)** qualquer cidadão pode ter ciência da demanda judicial através de certidão de distribuição com indicação do nome e número do cadastro de pessoa física – CPF ou do cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ da parte.

Bom que se diga que em alguns órgãos do Poder Judiciário tal certidão de distribuição pode inclusive ser obtida online sem qualquer custo, como é o caso da Justiça Federal das 4ª e 3ª Regiões, bem como da Justiça Estadual de São Paulo.

Consequentemente, o CPC não traz como requisito para reconhecimento da fraude contra a execução em questão a citação válida.

Em que pese a ausência de previsão legal neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça – STJ consolidou, sob o rito dos recursos repetitivos **(artigo 1.036, do CPC)** e, portanto, em precedente de observância obrigatória, entendimento diverso, exigindo a citação válida para reconhecimento da fraude à execução prevista no artigo 792, IV, do CPC **(REsp nº 956943 / PR, CE - CORTE ESPECIAL, DJe 01/12/2014).**

A insolvência do devedor é presumida, conforme já decidiu a 2ª Seção do STJ **(AR 3785 / RJ, AÇÃO RESCISÓRIA 2007/0140776-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Órgão Julgador: S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data da publicação/fonte: DJe 10/03/2014).**

Não obstante, é pertinente sua demonstração ao juízo, já que geralmente quando existe alegação de fraude contra execução já foram esgotadas sem sucesso as pesquisas de bens penhoráveis da parte executada.

Note-se que a propriedade do executado sobre bem impenhorável, por exemplo bem de família, não é hábil para afastar sua insolvência, já que tal bem não gera potencial econômico ao credor.

Pela comprovação da má-fé do terceiro adquirente por outros meios que não o registro vide enunciado 149 da II Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal. Referida Jornada de Direito Processual Civil contou com a participação de diversos juristas renomados e Ministros do STJ, razão pela qual os enunciados ali aprovados, embora não tenham força vinculante, são sem sombra de dúvidas um norte que deve ser considerado pelos operadores do direito.

Resta comprovada a má-fé do terceiro adquirente nas hipóteses de alienação do bem por menos de 50% do valor de mercado ou por valor consideravelmente inferior ao valor de mercado para parente **(indício se comprador tiver o mesmo sobrenome do alienante).** Caso contrário, quando então estaria comprovada a má-fé do terceiro adquirente?

Existem precedentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 neste sentido **(AI Nº 5008520-21.2014.404.0000/RS, AC nº 2005.04.01.029800-7, entre outros).** Note-se que caso o tribunal local reconheça a má-fé do terceiro adquirente, como fez nas decisões citadas acima, tal julgado não pode ser revertido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ **(órgão para o qual poderia ser direcionado eventual recurso contra a decisão do tribunal local com base em lei federal)**, uma vez que se trata de fato **(má-fé)** e o STJ não analisa fatos **(RESP 645.494 – RS, AgRg no AREsp 511016 MG, AgRg no REsp 1008212 MG, AgRg no AREsp 301080 SP, entre outros)**, conforme sua súmula 7.

Quanto aos bens imóveis, o valor da alienação, o valor aproximado de mercado do bem **(avaliação para fins fiscais/ ITBI)** e os nomes completos do alienante e do adquirente estão registrados **(ou deveriam estar)** no próprio registro de transferência constante na certidão de matrícula do cartório de registro de imóveis – CRI e também na declaração de operações imobiliárias – DOI, que pode ser obtida através do sistema INFOJUD, a disposição do poder judiciário.

Em relação aos veículos, a exceção do valor de mercado que deve ser identificado na tabela

FIPE, é possível obter tais informações **(valor da alienação e os nomes completos do alienante e do adquirente)** através de certidão específica com este fim junto ao DETRAN.

Importante mencionar que a comprovação da má-fé será mais evidente ainda na hipótese de alienação gratuita, a exemplo de doação. Veja-se que existe previsão legal expressa de presunção absoluta de má-fé do terceiro adquirente para caracterização da fraude contra credores nesta mesma hipótese **(artigo 158, do CC).**

A consequência da fraude é a ineficácia do negócio jurídico em relação ao credor exequente prejudicado, restando ao terceiro estranho ao processo direito de regresso em face do alienante **(artigo 792, § 1º, do CPC).**

Outrossim, diante do reconhecimento de fraude contra a execução e, portanto, de ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do artigo 774, I, do Código Processual Civil, é pertinente a fixação da multa do mesmo artigo 774, agora em seu parágrafo único, bem como ofício ao MPF para apuração do delito do artigo 179, do CP.

Passa-se então a tratar da fraude contra credores prevista nos artigos 158 e 159, ambos do CC. Conforme disposição legal, gera fraude contra credores a alienação de bem por devedor notoriamente insolvente ou que notoriamente gere sua insolvência.

Assim como na fraude contra a execução relacionada a bens sujeitos a registro, para caracterização da fraude contra credores, via de regra, faz-se necessária a comprovação da má-fé do terceiro adquirente. Isso em virtude do adjetivo notoriamente previsto no artigo 159, do CC, bem como de interpretação sistemática deste último com o artigo 158, do mesmo Diploma Legal Civil.

Como adiantado, haverá exceção a esta regra com presunção absoluta da má-fé do terceiro adquirente quando a alienação for gratuita, a exemplo da doação, conforme determina o artigo 158, do CC.

Assim, podemos estabelecer que são 4 os requisitos legais para caracterização da fraude contra credores, a exceção de casos de alienação gratuita **(onde é dispensada por lei a comprovação da má-fé do terceiro adquirente): 1)** existência de dívida em aberto (alienante é devedor); **2)** alienação ou oneração de patrimônio a terceiros; **3)** insolvência do alienante e; **4)** comprovação da má-fé do terceiro adquirente.

No que tange à comprovação da má-fé do terceiro adquirente e insolvência da mesma forma que na fraude contra a execução **(RESP 199000016142, 3ª Turma, julgado em 10/04/1990).**

Uma vez presentes os requisitos para caracterização da fraude contra credores, faz-se necessário verificar se não houve decadência do direito com o decurso de 4 anos da realização do negócio, conforme artigo 178, II, do CC.

Confirmando-se que não decaiu o direito de anulação, será necessário o ajuizamento de ação própria para reconhecimento judicial. Trata-se da denominada ação pauliana. Nesta demanda deverá figurar no pólo passivo o devedor alienante e também o terceiro adquirente, conforme prevê o artigo 161, do CC.

Cabível ainda tutela de urgência, nos moldes do artigo 300, do CPC, para tornar indisponível o bem alienado de forma fraudulenta. Afinal, o direito estará comprovado documentalmente **(1- existência de dívida em aberto; 2- alienação ou oneração de patrimônio a terceiros; 3- insolvência do alienante e; 4- comprovação da má-fé do terceiro adquirente)**, bem como será evidente o risco da demora pela possiblidade de alienação do bem para terceiros de boa-fé.

Importante lembrar de precedentes do STJ no sentido de que uma vez reconhecida a fraude e declarada a ineficácia do negócio não há que se falar em bem de família do devedor **(REsp 1364509/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 17/06/2014; AgRg no REsp 1085381 / SP AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0191647-7, Relator Ministro Paulo Gallotti, órgão Julgador 6ª Turma, D.J. 10.03.2009).**

Jeremias Pinto Arantes de Souza é advogado da CAIXA desde 2011, formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas/SP e pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Anhanguera/SP.

INSTITUTO DE INGLÊS JURÍDICO

Thiago Calmon
Legal English

O INSTITUTO DE INGLÊS JURÍDICO SE DESENVOLVEU COMO UMA ESCOLA DE CONHECIMENTO, ATRAVÉS DO ENSINO DE IDIOMAS, OBJETIVANDO GARANTIR AO JURISTA BRASILEIRO UMA PRÁTICA JURÍDICA INTERNACIONAL.

Desenvolvemos Cursos de Inglês Jurídico especializados em diversas áreas do direito. Entre em contato conosco para mais informações!

thiagocalmonenglish.com
/thiagocalmonenglish
/institutodeinglesjuridico
/company/iijc-thiago-calmon

English
Instituto de Inglês Jurídico

Associado compartilha conhecimento sobre o mercado financeiro no site da Advocef

Foto: Arquivo Pessoal

Marco Panadés

> “Embora haja um contingente significativo de investidores migrando para a renda fixa, o que é explicado e justificado pelo aumento acentuado da taxa SELIC, eu ainda observo na renda variável excelentes oportunidades que trarão uma remuneração maior do que a renda fixa a longo prazo.”
> - Marco Panadés

A Marco Aurélio Panadés Aranha é advogado da CAIXA e investidor do Mercado de Capitais há mais de dez anos. Formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Direito pela Universidade de São Paulo (USP), o associado escreve sobre educação financeira para quem deseja investir em renda variável e responde dúvidas dos leitores na Coluna Investimentos & Mercados, publicada no site da Advocef.

Em entrevista à Associação, ele conta que sua primeira aplicação financeira ocorreu em 2008, aos 26 anos, quando estava próximo de quitar uma dívida relativa à graduação em Administração, pois havia contratado crédito educativo. Graças aos anos de poupança, conseguiu liquidar o débito um ano antes do prazo previsto.

Desde então, o advogado buscou mais conhecimento sobre o tema, pois sabia da importância de começar a investir o quanto antes para ter um futuro mais tranquilo. Aderiu a um plano de previdência privada, depois decidiu diversificar os investimentos em renda fixa até que chegou à renda variável.

“Mais importante do que dar um passo acertado logo de início foi dar o primeiro passo e sempre caminhar. Ao dizer isso, quero enfatizar que é muito melhor errar com pouco do que com muito dinheiro. E, garanto, todo investidor erra, mesmo os mais experientes; com o tempo, o aprendizado vai sendo traduzido em melhores resultados, autoconhecimento e melhor compreensão sobre os tipos de investimento que fazem mais sentido para o projeto de vida”, diz.

Por que e como surgiu a ideia de fazer a Coluna Investimentos & Mercados?

Desde quando entrei no Jurídico da CAIXA, em 2012, ouço histórias de colegas que se aposentaram e sofreram uma queda acentuada na qualidade de vida, seja pela diminuição da renda, seja por uma sensação de insegurança relacionada com o próprio futuro e com o futuro da FUNCEF, seja porque não sabiam administrar o patrimônio que haviam acumulado. São histórias tristes que me sensibilizam. Na verdade, sempre cultivei um olhar atento para fatos semelhantes do qual padeceram amigos, conhecidos e até pessoas de dentro da minha própria família, que se traduzem por uma dinâmica de redução da renda e da qualidade de vida com o passar dos anos, especialmente depois da aposentadoria. E isso não porque a pessoa ganhou pouco durante a vida profissional, mas basicamente porque nunca investiu, viveu como se não houvesse amanhã, esquecendo que o amanhã chega e rápido. Foi com a esperança de proporcionar um outro olhar, uma alternativa melhor de futuro aos colegas e aos leitores (que tivessem acesso aos artigos) que surgiu a ideia de fazer uma Coluna que tratasse do tema.

Seus artigos abordam temas de interesse de quem já investe e daqueles que pretendem entrar no mercado. Como é falar para esses dois públicos tão diferentes ao mesmo tempo?

É um desafio. Tenho consciência de que os artigos publicados não conseguirão agradar a todos da mesma forma, tendo em vista a diversidade do conhecimento dos leitores sobre o tema, abrangendo dos que aplicam apenas na poupança àqueles que diversificam seus investimentos no exterior. Mas continuo achando um caminho acertado. Deixar de falar para aqueles que pretendem entrar no mercado ou não sabem quase nada sobre como e onde investir seria um erro enorme. É uma satisfação imensa dialogar com esses leitores, pois de alguma forma sinto que posso ajudá-los a se prepararem para almejar um futuro melhor e mais tranquilo financeiramente.

Considerando seu conhecimento e experiência como investidor, o que é preciso saber antes de investir?

Mais do que conhecimento técnico sobre economia ou sobre os produtos e serviços financeiros, penso ser preciso ter clareza principalmente sobre o motivo pelo qual se investe. Saber exatamente quais são os objetivos que se pretende alcançar ao investir é fundamental para nortear as escolhas que se faz na aplicação do dinheiro, na medida em que cada tipo de produto de investimento tem um propósito. Não se pode contratar uma previdência privada PGBL com tributação regressiva, por exemplo, se o investidor é um profissional liberal e pretende utilizar o dinheiro no ano seguinte para financiar a própria festa de casamento. Assim como não se pode investir na Bolsa de Valores com o capital que deverá ser utilizado para dar entrada em um imóvel próprio no ano seguinte. Tudo deve ser colocado no seu devido lugar. Ter um mínimo de conhecimento técnico sobre os produtos e serviços financeiros é essencial, mas é algo que ocorre naturalmente à medida que a pessoa começa a investir. Além do motivo para investir, é preciso saber que se trata de uma jornada para a vida, não se esgotando simplesmente na aquisição do bem ou serviço que se almejava porque as necessidades materiais nunca cessarão – elas só serão substituídas ao longo do tempo.

Você aconselha as pessoas a investirem para ficarem ricas?

Essa pergunta é maravilhosa porque passa pela compreensão das pessoas sobre o que o

dinheiro representa. Certamente cada um possui uma ideia própria sobre o significado do dinheiro: alguns o interpretarão como status; outros, como um meio para comprar bens e serviços cada vez melhores e mais caros; outros enxergarão no dinheiro um símbolo de poder. Eu me filio àqueles que veem o dinheiro como sinônimo de tempo e liberdade. Sou um indivíduo módico nos meus gastos e, confesso, já possuo as coisas mais importantes da vida para mim: minha família, saúde, um dia-a-dia agradável, oportunidades de lazer e amor. Portanto, a contínua formação de patrimônio por meio do investimento é algo que me proporcionará ainda mais tempo livre e liberdade geográfica e isso é extraordinário. Ser rico, sob o aspecto econômico, significa ter um enorme estoque de moeda e/ou de bens... não vejo isso como uma grande conquista. Prefiro a ideia de riqueza como sinônimo de tempo disponível para se fazer o que se gosta, viver novas experiências, estar com quem se ama e compartilhar com os outros lazer, trabalho e conhecimento para a construção de um mundo melhor, ter saúde para aproveitar a vida e liberdade de ação e deslocamento. Portanto, sim, acho que as pessoas devem investir pensando em tornarem-se ricas (inclusive por meio da construção de um fluxo contínuo e crescente de renda passiva futura), mas devem aprofundar a reflexão sobre qual tipo de riqueza seria essa.

Qual seria o momento ideal para aplicar o capital?

Sempre e o quanto antes: esse é o momento ideal. Quanto mais cedo for iniciada a jornada dos investimentos, menos sacrifício financeiro o investidor terá de fazer para atingir os mesmos objetivos em razão do efeito benéfico dos juros compostos ao longo do tempo. E "sempre" porque a economia e o mercado propiciam oportunidades a todo momento, em diferentes setores, classes de ativos, produtos e serviços. Se investir implica riscos, não investir implica riscos ainda maiores (ou perdas certas).

O ano eleitoral e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia podem afetar a vida dos investidores brasileiros? Como você avalia o contexto atual no que diz respeito ao mercado financeiro?

Não apenas dos investidores, mas da população inteira: a disparada do preço do petróleo, decorrente da guerra entre Rússia e Ucrânia, produzirá uma elevação da inflação no país para os próximos meses, o que tende a exigir do Banco Central um aumento ainda maior da taxa SELIC com um consequente encarecimento do crédito, que terá efeitos negativos na economia real, no emprego e na renda. Isso sem falar nos impactos sobre as exportações e importações brasileiras, além da variação do dólar – cuja cotação vem caindo, em termos relativos, desde fevereiro em virtude do enorme ingresso de investimentos estrangeiros no país justamente em razão do aumento vertiginoso da taxa SELIC – que pode encarecer ou baratear os produtos importados que constituem um percentual bastante significativo dos produtos consumidos no país. Atualmente os mercados são intimamente conectados entre os países e o Brasil não foge a essa regra. São eventos que mexem com as expectativas dos agentes econômicos responsáveis pela tomada de decisões sobre acelerar ou frear novos investimentos, contratar ou não mais trabalhadores, tomar mais ou menos crédito, abrir/ampliar ou não novas fábricas etc. Sobre o mercado financeiro especificamente, percebo excelentes oportunidades atualmente. Embora haja um contingente significativo de investidores migrando para a renda fixa, o que é explicado e justificado pelo aumento acentuado da taxa SELIC (parâmetro para o CDI e outros índices de remuneração de ativos de renda fixa), eu ainda observo na renda variável excelentes oportunidades que trarão uma remuneração maior do que a renda fixa a longo prazo, visto que questões conjunturais – como conflitos armados e eleições – são passageiras.

NOVO APP

Notícias
Visualize notícias em tempo real

Vídeos
Um vasto acervo de vídeos ancorados no canal oficial da Associação

Eventos
Acompanhe toda a agenda de eventos

Votação
Participe das votações e das decisões da Associação

Honorários
Consulta de honorários, com informação on-line dos valores de rateio mensal

Fale conosco
Contato direto com a Associação por telefone, mensagem e chat

Baixe gratuitamente

Aplicativo da Advocef.
A Associação na palma da sua mão.

DISPONÍVEL NO Google Play

Disponível na App Store

Eleita para o Conselho Federal, associada pretende ser um elo entre a CAIXA e a OAB

Foto: Arquivo Pessoal

Solenidade de posse da OAB Nacional

Élida Fabrícia Oliveira Machado Franklin foi eleita para o Conselho Federal da OAB Subseção do Piauí (OAB-PI) pela "Chapa 3 - Pra seguir em frente", que recebeu 3.029 votos

Um processo eleitoral histórico. Assim pode ser definido o primeiro pleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sob a vigência das cotas raciais e da paridade de gênero, com mulheres eleitas à presidência para o triênio 2022/2024 em cinco Seccionais, além de expressiva participação feminina nas chapas eleitas em todo o Brasil.

Uma dessas mulheres é a associada Élida Fabrícia Oliveira Machado Franklin, eleita para o Conselho Federal da OAB pela Subseção do Piauí (OAB-PI) pela "Chapa 3 - Pra seguir em frente". O grupo encabeçado pelo advogado Celso Barros, que já é o atual presidente da OAB-PI, foi eleito com 3.029 votos. A posse da Diretoria e dos Conselheiros Federais da Ordem ocorreu no dia 1º de fevereiro de 2022, em Brasília.

Para a presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, a eleição de uma advogada do banco representa uma vitória da categoria e, consequentemente, da empresa, que terá uma representante para contribuir com a defesa de seus interesses.

"É muito bom ver mulheres cada vez com mais vontade de pleitear a ocupação de espaços importantes em nossa sociedade. Em nome da Advocef quero parabenizar nossa associada Élida pela eleição ao Conselho Federal. Sem dúvidas, a CAIXA tem muito a ganhar com a participação de seus advogados em frentes de trabalhos tão importantes como esta", diz.

Foto: Arquivo Pessoal

Conselheiros Federais pelo Piauí: Shaymmon Moura, Élida Franklin e Carlos Medeiros Jr

Foto: Arquivo Pessoal

Élida Fabrícia, conselheira federal da OAB

Envolvida com a política de classe há mais de dez anos, esta é a terceira eleição da qual Élida participa. Ao longo desse tempo, a advogada conta que já atuou em gestões anteriores da OAB, como membro da diretoria, e, atualmente, trabalha como conselheira seccional e ouvidora geral. Segundo ela, um dos fatores cruciais para decidir concorrer ao cargo no Conselho Federal foi a oportunidade de defender o jurídico da CAIXA.

> "Precisamos estimular a participação dos colegas advogados da CAIXA em cargos no sistema OAB por todo o país." - Élida Fabrícia

"Eu percebi que, dentro do Conselho Federal, poderia contribuir para representar os interesses, as observações e ser uma porta-voz da CAIXA como empresa e de sua advocacia, como o maior escritório jurídico do país", comenta a conselheira.

Fora do banco, o foco da advogada é voltado ao Direito Penal, por isso, pretende estar atenta às possibilidades de alterações na Legislação por meio das comissões de acompanhamento legislativo. Com a legitimidade do Conselho Federal, ela quer acompanhar de perto qualquer alteração que possa impactar diretamente a defesa dos interesses da CAIXA.

Élida pretende ser uma facilitadora da aproximação da advocacia do banco com o Conselho Federal. Para ela, é preciso fortalecer as condições que são diretamente ligadas, trazendo membros da advocacia da CAIXA para participar cada vez mais das Comissões Nacionais.

"Precisamos estimular a participação dos colegas advogados da CAIXA em cargos no sistema OAB por todo o país, não só no Conselho Federal, mas nas seccionais também. Quero, de certa forma, ser um elo entre a empresa e o Conselho Federal nas tratativas de tudo aquilo que seja mais importante, não só à advocacia da CAIXA como categoria, mas também para o banco, na defesa de seus interesses", completa.

Mais mulheres na OAB

Para Élida, participar de uma eleição histórica como esta é motivo de orgulho. "Na minha vida, esse cargo representa o reconhecimento de um trabalho contínuo, a longo prazo, que vem sendo desenvolvido com muito afinco, determinação, voltado também para a busca da defesa da participação da mulher nos ambientes de poder. As colegas eleitas representam esse esforço coletivo para elegermos mulheres para a condução dos trabalhos nas OAB's de todo o país", comenta.

A advogada conta que há muito tempo faz parte de movimentos de incentivo às candidaturas femininas com articulações a nível nacional, buscando estimular mulheres a concorrer à presidência da OAB-PI, por exemplo. Por isso, acredita que na próxima eleição essa será uma tendência bastante trabalhada.

Ao todo, cinco presidentes mulheres foram eleitas para o triênio 2022/2024. Em São Paulo, Patrícia Vanzolini foi eleita com 67.395 votos. Na Bahia, Daniela Borges recebeu 9.524 votos. Marilena Winter venceu a eleição no Paraná com 59,68% dos votos válidos. A advogada Claudia Prudêncio foi eleita em Santa Catarina com 12.797 votos, e, em Mato Grosso, a segunda mulher a assumir o comando da OAB foi Gisela Cardoso, eleita com 4.642 votos. A primeira foi a atual presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Maria Helena Póvoas, que atuou entre 1993 e 1997.

Advocef prestigia solenidade de posse da OAB Nacional

Foto: Arquivo Advocef

Diretores da Advocef representam a entidade na cerimônia de posse do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

> A Advocef fez questão de prestigiar, com muita alegria, essa solenidade de posse dos conselheiros e conselheiras federais, que marca a história da Advocacia brasileira.” - Anna Claudia de Vasconcellos

Evento marca a implementação, pela primeira vez na história da OAB, das cotas raciais e da paridade de gênero

A presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, o presidente eleito, Marcelo Quevedo Amaral, e o diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, prestigiaram a solenidade de posse da diretoria da OAB Federal e dos 81 conselheiros e conselheiras federais, no dia 15 de março, no Clube do Exército, em Brasília.

O Conselho Federal da Ordem ficará sob o comando do amazonense Beto Simonetti no triênio 2022/2025, junto com a diretoria formada pelo vice-presidente, Rafael Horn (SC), pela secretária-geral, Sayury Otoni (ES), pela secretária-geral adjunta, Milena Gama (RN), e pelo diretor-tesoureiro, Leonardo Campos (MT).

O evento marca a implementação, pela primeira vez na história da OAB, das cotas raciais e da paridade de gênero. Com a medida, cinco das 27 seccionais da Ordem elegeram presidentes mulheres.

“A Advocef fez questão de prestigiar, com muita alegria, essa solenidade de posse dos conselheiros e conselheiras federais, que marca a história da Advocacia brasileira”, disse Vasconcellos.

O presidente eleito, Marcelo Quevedo Amaral, parabenizou os conselheiros empossados e lembrou a importância do trabalho desenvolvido pela Advocef na busca pelo diálogo com as demais instituições.

“A Advocef já vem trabalhando essa aproximação entre o jurídico da CAIXA e a OAB. Nós queremos estreitar essa relação para trabalhar ainda mais nas pautas de interesse da nossa categoria”, explicou Quevedo, que toma posse como presidente da Advocef no XXVI Congresso da entidade.

Além do prestígio, o diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, disse que o evento foi uma oportunidade para confraternizar e reencontrar os colegas. “Nós experimentamos a alegria de rever alguns colegas após tanto tempo distantes. Tenho certeza de que essa felicidade será ainda maior em abril, quando o jurídico da CAIXA se reunir no Congresso da Advocef”, disse.

O diretor jurídico da CAIXA, Gryecos Loureiro, e os associados Felipe Vasconcelos, Jailton Zanon, Alaim Giovani Fortes Stefanello e Mariano Moreira Júnior também participaram do evento.

A **Educação Executiva Mackenzie** abrange todas as principais áreas de conhecimento e oferece cursos sob medida para profissionais de todas as áreas, escolha a sua:

- Arquitetura e Design
- Direito
- Comunicação
- Marketing e Vendas
- Saúde e Educação
- Estratégia
- Negócios e Liderança
- Tecnologia e Inovação

Para saber mais, acesse nosso site e veja qual o curso é o mais adequado para o seu momento profissional.

. **Atualizações e Aperfeiçoamento**
. **Lato Sensu Premium Presencial**
. **Lato Sensu On-line Ao Vivo Premium**
. **Exchanging Hemispheres**

Caso sua demanda seja In-Company (turmas fechadas), entre em contato pelo e-mail **mackenziesolucoes@mackenzie.br**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

CONTATO:
mackenzie.br/educacaoexecutiva
atendimentoaoaluno.pos@mackenzie.br
Telefone: (11) 2114-8820

Análise de dados permite redução significativa de processos do Jurir-BH

Foto: Freepik

Por meio da plataforma Power BI, advogados identificaram processos com idade superior a cinco anos, entre outras condições que permitiriam aplicação de política de desistência normativa da CAIXA

A tecnologia tem se tornado uma importante aliada para o alcance de resultados do setor jurídico da CAIXA. Exemplo disso é a busca pela redução da massa de processos de Recuperação de Crédito (RC) da Unidade Jurídica de Belo Horizonte (Jurir-BH). O resultado, positivo, foi possível graças ao uso da plataforma Power BI, que permite a análise estratégica de dados.

O potencial da ferramenta já chamava a atenção da coordenadora do Jurir-BH, Ana Paula Gonçalves da Silva, que viu a possibilidade de usar o software a favor de sua unidade com a chegada do colega Aquilino Novaes Rodrigues na equipe de RC. O gosto por tecnologia levou o advogado a estudar a ferramenta. Com o incentivo da gestora, ele se dispôs a fazer uma estruturação da carteira de contratos de Recuperação de Crédito de Minas Gerais. Por meio desse trabalho foi possível identificar uma grande quantidade de processos com idade superior a cinco anos, entre outras condições que, na forma dos normativos da CAIXA, permitiriam a desistência.

Com a implementação da ferramenta, a percepção foi a de que, com poucos profissionais para a quantidade de ações, torna-se primordial a distribuição e o planejamento. “Nós estávamos alocando recursos financeiros e humanos em processos com baixa possibilidade de sucesso”, lembra Aquilino. A equipe é formada por quatro pessoas, sendo duas responsáveis pelo contencioso fiscal e outras duas pela gestão do acervo oculto da Justiça Federal (JF).

Foto: Arquivo Advocef

Ana Paula Gonçalves, coordenadora do Jurir-BH

Foto: Arquivo Advocef

Aquilino Novaes Rodrigues, integrante da equipe de Recuperação de Crédito (Jurir-BH)

> “Nós estávamos alocando recursos financeiros e humanos em processos com baixa possibilidade de sucesso.” - Aquilino Novaes Rodrigues

O uso estratégico das informações obtidas por meio da ferramenta permitiu a criação do “Projeto Desistência de Ações”, que, na avaliação da coordenadora do Jurir-BH, teve uma boa adesão das Varas Federais, pois os órgãos também têm uma meta de extinção de ações. “O objetivo era que nós fizéssemos isso para poder ter tempo de focar nos processos com chance efetiva de recuperação de valores”, explica Ana Paula.

Na primeira etapa foram atingidas cerca de 4.400 ações com mais de cinco anos e faixa de CA de até 30 mil. Já na segunda fase, iniciada em novembro de 2021, contabilizaram-se 841 ações somente na Subseção de Uberlândia – que serviu de piloto aos 8.400 expedientes já segregados nesta fase referente ao restante do estado de Minas Gerais. “Esse piloto abrange uma nova etapa em que o credenciado atualiza os dados online, salvando-o no repositório sharepoint integrante do pacote Office 365, disponibilizado pela CAIXA”, completa Aquilino.

De acordo com ele, com a criação da Centralizadora do Contencioso (Ceten), responsável pela gestão e acompanhamento das ações de RC em todo o país, o modelo inicial do Jurir-BH foi consolidado para unir as cinco bases regionais em uma única. “Isso possibilita a análise e o dimensionamento de tarefas, equipes, a distribuição regional e geográfica, fornece uma visão do todo, de forma a permitir a expansão das experiências acumuladas no jurídico”.

Poder de gestão

Gerente da Ceten, o advogado Alaim Giovani Fortes Stefanello avalia que o Power BI oferece um poder de gestão muito relevante, pois com o software é possível ter uma visão geral do acervo terceirizado, saber como os processos estão sendo conduzidos por tais escritórios. Ele também permite a identificação dos melhores desempenhos.

A previsão do gestor é que o uso do Power BI permitirá a obtenção de resultados melhores no que diz respeito à recuperação de valores para a CAIXA nacionalmente e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de quais escritórios terceirizados estão atuando de forma mais efetiva e eficiente para o banco.

“Com o Power BI, a Ceten conseguirá reconhecer e premiar os melhores escritórios

> Com o PowerBi será possível medir o desempenho dos escritórios terceirizados", - Alaim Giovani

terceirizados. Da mesma forma, será possível perceber, de uma maneira mais científica, analítica e com mais dados, aqueles que não estão conseguindo recuperar valores, nem estão oferecendo um bom desempenho para a empresa, fazendo com que esses contratos não sejam renovados", destaca o gerente da Ceten.

Uso de dados para conciliação

Antes do Power BI, os advogados não conseguiam ter acesso às informações de analitycs do acervo, pois os dados estavam disponíveis apenas em formato de listas nas planilhas do Excel, o que dificultava qualquer diagnóstico. Como enfatiza Aquilino, a gestão do Power BI permite modular as informações para criar, ao longo do tempo, uma base de dados capaz de fornecer outras métricas que possam contribuir, por exemplo, para o campo da conciliação.

No caso do Jurir-BH, a partir do momento que as informações foram aplicadas na plataforma, foi possível saber a quantidade de processos espalhados em Minas Gerais e ter um retrato da divisão geográfica: onde há maior concentração de processos, o perfil e a distribuição por Comarca ou em cada município/unidade. "Com isso, eu posso entender como distribuir uma pauta de mutirão de conciliação, de forma a não sobrecarregar as pessoas", explica o advogado.

Durante uma pesquisa na ferramenta, ele descobriu que a Subseção da Justiça Federal de Uberlândia era a segunda maior fonte de concentração de processos do Estado – informação que, na avaliação dele, pode servir para tratar a política de mutirão de conciliação. A forma interativa do Power BI permite recalcular os dados para apontar quais as unidades mais envolvidas com o acervo daquela localidade.

"Com essa informação, a gente começa a ter uma nova perspectiva. Se a agência 'A' tem um volume [de processos] maior, vamos pegar as dívidas dela, concentrar o mutirão de negociação em determinados dias e destinar pessoas especializadas, que conhecem aquela realidade, para atender devedores daquele lugar", reforça Aquilino. Ele avalia que como cada Estado tem sua particularidade, é necessário conhecer os perfis de cada região para criar estratégias mais adequadas.

Como lembra a gerente do Jurir-BH, Ana Paula Gonçalves da Silva, a ferramenta está disponível na intranet da CAIXA e pode ser usada em diversas áreas. "Não é tão intuitiva. A pessoa precisa aprender um pouco sobre usar uma tabela, mas não é nada que não seja passível de aprendizado", ressalta. O Jurir-BH foi a primeira unidade da Dijur a divulgar os dados analisados com o Power BI no repositório oficial da CAIXA.

Foto: Arquivo Pessoal

Quem é a Impostora?

por Felícia Ibiapina

A impressão de ser "uma farsa" afeta muitas pessoas e, nos últimos anos, é incontestável o número crescente de mulheres que sofrem com a chamada "Síndrome da Impostora". Mesmo flagrantemente habilidosas e capazes, elas têm dificuldade de reconhecer seus méritos sobre suas performances e, assim, consideram-se inaptas ou não merecedoras do sucesso conquistado.

Frases como "Não sou boa o suficiente", "Se não ficou bom, é porque não me esforcei o bastante", "Foi só uma questão de sorte", "Não mereço estar onde estou", "A qualquer instante serei desmascarada" insistem em ruir a autoconfiança das mulheres que não se enxergam capazes, competentes ou experientes o bastante, comprometendo seus desenvolvimentos pessoal e profissional.

Há exatos 44 anos, esse fenômeno foi catalogado. O conceito de "Síndrome do Impostor" foi descrito pela primeira vez em 1978 em um artigo escrito por Pauline Clance e Suzanne Imes, cujo título é "The Impostor Phenomenon in High Achieving Women: Dynamics and Therapeutic Intervention" ("O fenômeno do Impostor em mulheres bem-sucedidas: dinâmicas e intervenções terapêuticas"). À época, as duas psicólogas, por meio de uma pesquisa realizada com mais de 150 pessoas, analisaram características de mulheres que não se sentiam "aptas" às posições que ocupavam, creditando seu sucesso profissional à "sorte", "timing" e "superestimação de suas capacidades". Trata-se, portanto, de um padrão psicológico no qual o indivíduo desacredita das próprias capacidades, aptidões e até feitos, criando um medo recorrente de, a qualquer momento, ser desmascarado como "impostor".

De lá para cá, os debates se intensificaram e já se percebe quais são os sentimentos da "impostora",

que, geralmente, sente-se fragilizada e desconfortável por alimentar características de inadequação, recheadas de uma sensação de não pertencimento por não atingir as expectativas que supõe que os outros têm dela, ou até mesmo as perspectivas pessoais, sobre seu desempenho. Tudo isso é agravado com a perda do hábito de pensar em si e de propor-se a entender suas emoções e necessidades.

É preciso compreender que, mais que autoestima, a "Síndrome da Impostora" é uma questão de autoimagem. Nós, mulheres, ganhamos as ruas, incitamos discursos e ocupamos lugares de destaque, acumulando conquistas, como a inserção no mercado de trabalho, a independência financeira e a liberdade sexual. A complexidade em desempenhar plenamente tantos papéis fez com que conciliássemos os de dona de casa, esposa, mãe, profissional e outros. Acontece que, mesmo superando diversos desafios, ainda temos muito a avançar. Um item em especial ainda não foi vencido e nos chama à reflexão: o padrão de beleza, que afeta as percepções sobre os padrões de inteligência e felicidade.

Na realidade, temos nos aplicado uma régua cada vez mais alta e alimentado aspirações inalcançáveis, logo, a impressão é a de que as vitórias são poucas e os fracassos marcam muitos mais. Cabe-nos refletir que a perfeição não existe e que somos passíveis de erros. O esgotamento físico e mental, com base nas duras comparações com outras realidades (tais quais as irretocáveis das redes sociais), não só nos adoece como aumenta o vazio dentro de nós mesmas. Assumir e acolher, com autoempatia e autocompaixão, as vulnerabilidades é um passo importante para validar as potencialidades. Lembre-se, também, que os sentimentos de culpa e vergonha são alimentados quando, sob medidas desumanas, exigimos resultados impossíveis. Que tal então apreciar um dia por vez? Chega de assumir obrigações que a esgotam. Que tal aprender a dizer não?

Quando a "impostora" rondar seus pensamentos, pergunte-se: "A qual pedido em especial "Ela" clama atenção?", "O que quero de mim?". Um bom exercício é escrever as respostas para essas perguntas numa folha em branco, para ter amplitude do que tem causado as incertezas na sua vida. Isso pode auxiliá-la a fazer um plano de ação para se amparar. Também, dê-se espaços na agenda para pensar em si, desconectar da vida digital e gozar de momentos de descanso. Peça ajuda de terapeutas, mentores e participe de rodas de conversas. O universo feminino é de união e merecemos acessar outras figuras femininas para nos inspirar a superar as questões que têm tirado nosso sossego. Você não está sozinha.

Dê-se, enfim, o presente de ser quem é. Avante, mulher!

Felícia Ibiapina é Advogada, pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil, Mediadora Judicial, pós-graduada em Mediação Judicial, Assessora Parlamentar no Senado Federal, pós-graduanda em Direito Parlamentar e Poder Legislativo, Mentora de Mulheres e Escritora (autora do livro "Avante, mulher! Recrie seu feminino e seja a Protagonista da sua história").Foi professora universitária do UniCEUB e Orientadora dos Núcleos de Prática do UniCEUB e da IESPLAN.

ATUALIZE SEUS DADOS
no sistema da Advocef

ESTADO CIVIL
ENDEREÇO
E-MAIL
TELEFONE
LOTAÇÃO

Acesse o seu perfil no site
da Advocef e veja se é preciso
atualizar alguma informação.
É fácil, rápido e simples!

Advocef

Associado conquista prêmio em concurso de monografias sobre a história do Ceará

Foto: Viktor Braga/UFC

Da esquerda para a direita: Igor Queiroz, presidente do Instituto Myra Eliane; Mariana Antônia Santiago Carvalho; Floriano Benevides de Magalhães Neto; e o Prof. Cândido Albuquerque, reitor da UFC. Ao fundo: Adriana Carolina Leão Carpi

Floriano Benevides é autor de "Ensaio sobre a colonização, religiosidade e formação econômica do Ceará pela abordagem de Raimundo Girão"

"Sempre gostei de História, pois, através dela, a gente pode analisar o passado, entender o presente, que repercute para o futuro". Foi esse pensamento que motivou o associado Floriano Benevides de Magalhães Neto a participar do "Concurso de Monografias Pequena História do Ceará - uma releitura da obra de Raimundo Girão", promovido pelo Instituto Myra Eliane em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

O advogado do Jurídico de Fortaleza (Jurir-FO) participou como aluno do curso de Sociologia e conquistou o terceiro lugar do pódio com a monografia "Ensaio sobre a colonização, religiosidade e formação econômica do Ceará pela abordagem de Raimundo Girão". Aberto, também, aos alunos dos cursos de História, Letras e Jornalismo de todo o Brasil, o concurso teve como objetivo estimular a leitura e a escrita a partir do livro Pequena História do Ceará, do historiador Girão, abordando algumas de suas teses estruturantes, uma obra clássica, lançada na metade do século XX.

"Vale ressaltar que no ensaio se tem a liberdade e a responsabilidade de expor a opinião, levando a sua ideia ao leitor. É muito gratificante. Ao final, também procurei inovar, apresentando um resumo dos temas abordados em forma de versos, para tentar demonstrar que a História pode ser contada de maneira simples, acessível a todos", explica Floriano.

Foto: Reprodução/ Instituto Myra Eliane

Livro Pequena História do Ceará

O curso de Sociologia é a quarta graduação do associado, que é formado em Direito, Ciências Econômicas e Filosofia. Além disso, tem pós-graduações em Direito e mestrado internacional em Resolução de Conflitos. Ele afirma ter herdado o gosto pelos estudos da família.

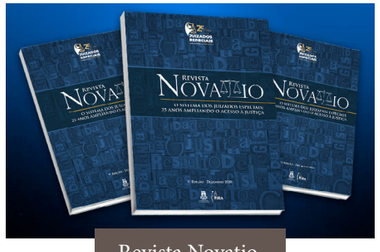
"Tive grande incentivo especialmente da minha mãe e de meus avós maternos, que apreciavam muito a gramática, a história e a literatura. Estes inclusive tinham uma pequena biblioteca em casa, onde tive o primeiro acesso a livros de diversos temas, de autores nacionais e internacionais. Na escola tive professores de Literatura e Redação que estimulavam os alunos a ler, a fim de também melhorar a produção de textos. Disso surgiu o gosto pela escrita, através de crônicas, contos, poesias, ensaios e artigos", lembra.

Além da etapa promovida pelo Instituto Myra Eliane e a UFC, o associado já participou de um concurso sobre a formação antropológica do cearense e de outro sobre o pioneirismo da abolição dos escravos no Ceará. "Se tiver oportunidade pretendo continuar participando, pois o que considero mais importante é realizar a pesquisa e contribuir para levar as discussões às pessoas. E também divulgar crônicas e poesias, que espero serem apreciadas por quem der a satisfação de sua leitura", completa.

Produção científica da Advocef

Floriano Benevides também costuma contribuir com a produção de artigos científicos para a Revista de Direito da Advocef. Em 2020, o trabalho intitulado "Conciliação no Brasil: análise de sua repercussão na celeridade e efetividade da Justiça" foi citado como referência bibliográfica na Revista Novatio, lançada pelo Tribunal de Justiça da Bahia, na edição comemorativa dos 25 anos dos juizados especiais. O associado divide a autoria do artigo com sua filha, a advogada Lilese Barroso Benevides de Magalhães.

Foto: Divulgação



Revista Novatio

"Agradeço a entrevista e aproveito para parabenizar a Advocef por incentivar a produção de artigos científicos através da Revista de Direito – da qual tenho a honra de ser um contumaz participante – e por incentivar a literatura, por meio desta Revista, onde procuro também publicar textos. Essas iniciativas são muito importantes para a nossa atividade profissional e para a cultura dentro da CAIXA", conclui.

Confira os vencedores do concurso

• 1º lugar: Adriana Carolina Leão Carpi, estudante da Universidade Estácio de Sá (São Paulo) com o ensaio "Raimundo Girão: fonte e inspiração para uma história ambiental do Siará".

• 2º lugar: Mariana Antônia Santiago Carvalho, da Universidade Federal do Ceará (UFC), com "Pequena-grande história do Ceará: uma ode à historiografia cearense por meio da caneta de Raimundo Girão".

• 3º lugar : Floriano Benevides de Magalhães Neto, do Centro Universitário Internacional (UNINTER), com "Ensaio sobre a colonização, religiosidade e formação econômica do Ceará pela abordagem de Raimundo Girão".

Foto: Arquivo Pessoal

Ricardo da Cunha

A história do guerreiro Cadito

Uma homenagem especial da Advocef ao advogado e ex-diretor jurídico Ricardo Carneiro da Cunha

"Um homem feliz enfrenta os desafios com outra postura". Essa frase foi escrita pelo advogado Ricardo Carneiro da Cunha em um de seus relatos no perfil do Instagram **@diariosdebatalha_** – onde compartilhava a rotina de tratamento contra uma leucemia.

Desde que foi diagnosticado com a doença, o advogado do Jurídico de Recife se autodenominou um guerreiro lutando pela saúde e por sua vida, numa batalha iniciada em junho de 2021, quando deu entrada no hospital Memorial São José. Ao longo do tempo, venceu uma série de lutas diárias revestido de gratidão e do seu inconfundível sorriso – armas capazes de derrotar gigantes como o medo e o desânimo.

Por meio de seu diário, Cadito – como era carinhosamente chamado pelos amigos próximos – relatou a peleja que durou mais de 200 dias e mostrou sua decisão de enfrentar o inimigo invisível com otimismo, fator determinante para os resultados positivos. Ele tinha um mantra para cada fase do tratamento. Começou com um pedido de forças para lutar "um dia de cada vez", e, após conseguir o tão esperado transplante de medula óssea, seguiu repetindo: "a felicidade me trará a cura".

Um bom combatente enfrenta desafios por um bem maior. Com ele não foi diferente. E venceu. Hoje, mesmo sem a presença física, com seu legado, o advogado ajuda a curar as mazelas que afetam nosso cotidiano, como a dificuldade de apreciar a riqueza das relações interpessoais. Essa lição fica clara no discurso de despedida da equipe médica, após alta hospitalar. Ao refletir sobre os 154 dias de internação, revelou a falta que sentiu do contato humano, dos abraços, das farras.

"Em momento algum lembrei de nada do patrimônio que tenho. Ele tem preço. Valor eu dou e darei ao que realmente tem valor em nossa vida, que é a emoção vivida no contato com outras pessoas. Isso sim tem valor. Espero que não precisem passar pelo que passei aqui para valorizarem o que realmente importa na vida de qualquer um de nós, que é o contato humano", escreveu Ricardo em seu diário de batalha.

Estar rodeado de pessoas que amava era o que fazia Cadito feliz. Foi na CAIXA que Ricardo Carneiro da Cunha escreveu parte de sua história profissional e cultivou bons amigos. Como lembra a presidente da Advocef, Anna Claudia de Vasconcellos, dois anos após sua admissão no banco, em 2007, ele se tornou um associado. Mais tarde atuou como diretor jurídico e prestou um importante serviço à entidade. "Tive a honra de trabalhar com o Ricardo na Diretoria da Advocef. Uma pessoa leve e bem-humorada. Cheio de vida!", recorda.

Trabalhar no banco de todos os brasileiros era motivo de orgulho – o que Ricardo deixou claro quando fez questão de expressar a alegria por ter recebido uma ligação do diretor jurídico da CAIXA, Gryecos Loureiro, para saber sobre seu estado de saúde e sua recuperação. "Achei realmente arretado saber que tem uma pessoa capaz dessa gentileza num cargo da alta administração da CAIXA. Passamos uns dez minutos conversando e ele se colocou à disposição para ajudar no que fosse possível. Meu orgulho de trabalhar na Caixa Econômica Federal aumentou mais uns pontinhos. Essa empresa é arretada demais", escreveu Ricardo.

Para a advogada Míriam Soares, do Jurídico de Recife, pensar em Cadito é lembrar de coisas boas. Ela usou seu perfil numa rede social para homenagear o amigo e agradecer pelo privilégio de ter convivido com ele. "Lembrar de momentos com você é lembrar da sua gargalhada, você me chamando de 'alminha', 'caríssima', todo mundo de 'lapadidoido', zoando com os estagiários que lhe adoravam (...). Valeu meu amigo! Que sorte a minha ter convivido com você por tanto tempo!".

O advogado Adson Diego Cruz de Oliveira, do Jurídico de Recife, lembra bem de como foi acolhido pelo colega quando começou a trabalhar na CAIXA, e agradece pela convivência que se transformou numa grande amizade. Adson conta que a admiração por Cadito aumentou quando testemunhou a força de vontade e coragem do amigo ao enfrentar a doença. Ele tem certeza de que os ensinamentos de Cadito durante a experiência mudaram em alguma medida, e para melhor, todos à sua volta.

"Obrigado pelo privilégio de ter sido seu amigo; pelo acolhimento quando entrei, ainda imaturo e inexperiente advogado, no Jurídico da CAIXA, e me ofereceste todo o apoio de que precisei. Agradeço pelos valiosos conselhos, pelas dicas de vinho, cerveja e café. A propósito, essa nossa afinidade com o vinho nos fez 'fundar' a Turma do Vinho, que nos rendeu encontros inesquecíveis com os amigos da CAIXA", diz um trecho da mensagem escrita ao amigo.

Apesar de o desfecho da história não ter sido como o esperado, Cadito venceu e continuará vivo na memória dos familiares e amigos. É motivo de orgulho para a Advocef ter em seu quadro de associados pessoas como o advogado Ricardo Carneiro da Cunha, um verdadeiro exemplo de profissional e ser humano, que deixou um legado de esperança e otimismo. Cadito vive!

Homenagem da Advocef à trajetória do ex-diretor jurídico Ricardo Carneiro da Cunha

* 03/09/1967 + 26/01/2022

Foto: Arquivo Pessoal

O perfil que Cadito criou para compartilhar seu tratamento ainda está ativo! Para se inspirar com sua história acesse **@diariosdebatalha_** no Instagram!

Campanha da Advocef arrecada recursos e envia ajuda à população vítima das chuvas na Bahia

Chuvas intensas atingiram o sul da Bahia

Foto: Isac Nóbrega/ PR

Valor coletado pelos associados foi repassado à ONG Moradia e Cidadania, que distribuiu cestas básicas e itens emergenciais para mais de 2 mil famílias em 36 municípios do Estado

As fortes chuvas que atingiram o sul da Bahia em dezembro de 2021 causaram estragos incalculáveis. Cerca de 150 municípios chegaram à situação de calamidade e mais de 60 mil pessoas foram afetadas, entre desabrigados, feridos e mortos. Diante da situação, a Advocef decidiu se mobilizar por meio de uma ação emergencial para enviar ajuda humanitária à população.

Ao todo, 270 pessoas abraçaram a campanha, que arrecadou o total de R$22.200,00. O fundo de auxílio às vítimas foi criado por meio de autorização voluntária para desconto no rateio de honorários e ficou vigente de 28 a 31 de dezembro de 2021.

A presidente da Associação, Anna Claudia de Vasconcellos, conta que, apesar do curto período, houve adesão positiva dos advogados. "Mesmo sendo um curto período de vigência, a campanha conseguiu arrecadar um valor significativo, que com certeza contribuiu para levar a ajuda tão importante aos necessitados. Obrigada novamente a cada um dos participantes pelo ato de solidariedade".

Entre os participantes, os registros apontam o envolvimento de advogados não associados e também de aposentados que não participam do rateio.

A Associação se preocupou em garantir a aplicação adequada dos valores e a necessária prestação de contas. Por isso, decidiu repassar a doação à ONG Moradia e Cidadania, instituição criada pelos empregados da CAIXA, que mobilizou unidades de todo o Brasil em prol do povo baiano. Além da Advocef, outras entidades ligadas ao banco também se mobilizaram para doar.

De acordo com a prestação de contas da ONG, no total, a Campanha SOS Bahia arrecadou R$155.575,00 – valor que ajudou a levar solidariedade em forma de alimento e outros itens emergenciais para 2.593 famílias baianas.

Distribuição dos recursos

Com os recursos arrecadados, o próximo passo da ONG Moradia e Cidadania foi a distribuição da ajuda às famílias necessitadas em 36 municípios – tarefa sob responsabilidade da Coordenação Estadual da Bahia e do Comitê Gestor em parceria com a Presidência Executiva. A atividade de atendimento local contou com as parcerias da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal da Bahia (APCEF/BA), além de empregados e aposentados da empresa, residentes ou lotados nas agências dos municípios atingidos.

"A Campanha SOS Bahia mostrou mais uma vez a extraordinária força e o poder de atuação da Família Caixa em situações emergenciais. Aos colegas da Coordenação Estadual da Bahia e de seu Comitê Gestor um reconhecimento especial pela capacidade de articulação e mobilização, que fez o apoio solidário de todo o país chegar com eficiência às famílias necessitadas", declarou o presidente da ONG Moradia e Cidadania, Laurêncio Körbes.

Homenagem ao Jurídico Regional Fortaleza

Floriano Benevides de Magalhães Neto
JURIR – Fortaleza

Gostaria de fazer homenagem a
cada economiário,
A nós que trabalhamos na Caixa
Econômica Federal,
Com orgulho fazendo parte
desse banco centenário
E à excepcional equipe do nosso Jurídico Regional.

A Coordenação Contenciosa
tem sua grande importância,
Contestando, recorrendo e também ajuizando novas ações,
Defendendo o direito da CAIXA
em suas várias instâncias,
No polo ativo busca créditos
em falências e recuperações.

Temos as sociedades de advogados da nossa terceirização,
Conosco trabalhando através
dos escritórios credenciados,
Atuam em defesa dos interesses
da CAIXA em firme união,
Buscando e conseguindo também sempre bons resultados.

A Recuperação de Créditos é
equipe muito forte e eficiente,
Reduz a inadimplência pela cobrança judicial dos devedores,
Localizar bens é tarefa difícil,
mas atua de forma persistente
Desempenho comprovado pela
alta arrecadação de valores.

Coordenação trabalhista, presença firme na Justiça laboral,
Atuando também no Tribunal
Regional e na Corte superior,
Apresentando defesas, recursos,
fazendo sustentação oral
Na defesa dos direitos e interesses do nosso empregador.

A destemida equipe dos advogados de Feitos Relevantes,
Processos de alta chance de
êxito e acima de R$ 1 milhão
Acompanha ações individuais e
coletivas mais importantes
Trabalho de elevadíssimo destaque e altíssima repercussão.
Coordenação Consultiva com
seu padrão de excelência,
Prevenindo riscos ao negócio e
atuando na contratação
Atendendo sempre as unidades
com rapidez e eficiência
É equipe essencial para toda e
qualquer administração.

Também a nossa valorosa Coordenação de Conciliação,
Seguindo a tradição da CAIXA
de ser sempre uma pioneira
Na via processual ou na pré-processual extinguindo ação,
Adota na prática moderna tendência processual brasileira.

Coordenação de Apoio com
suas múltiplas missões,
Logístico, protocolo, suprimento, gestão de pessoal,
Indispensável ao trabalho de
todas as coordenações,
Com eficiência reconhecida
neste Jurídico Regional.
Ao lado da Supervisão, realiza
estratégica atividade,
Controle sistêmico, de metas,
depuração no SIJUR,
Avalia a eficiência, o desempenho e a conformidade,
Mostra de forma objetiva nosso
resultado à DIJUR.

E a gerência, com a sua destacada liderança
Parceira, participativa, promovendo a união,
Transmite sempre a todos grande confiança,
É comandante segura da nossa
embarcação.

Assistentes, TB's, supervisores,
menor aprendiz, estagiários,
Prestadores, credenciados,
advogados, coordenadores,
gerente
A todos aqueles que compartilham conosco os trabalhos
diários
Nossa gratidão pelo desempenho e pela convivência excelente.

Mesmo em época de pandemia
e de isolamento social
O nosso Jurídico permaneceu
atuante em sua atividade
Cada um fazendo a sua parte,
mesmo de forma virtual
Acima de tudo nossa saúde e
nossa responsabilidade.

Assim, somos todos partes do
nosso Jurídico Regional,
União de equipes e pessoas
atuando no Estado inteiro,
Tendo como relevante missão e
o objetivo fundamental
A defesa dos interesses da CAIXA e do povo brasileiro.

Se eu pudesse

Manoel Messias Fernandes de Souza
JURIR-SP

Ah! Se eu pudesse, meu Deus
Guardar comigo este sorriso moço
O tempo amarrar com laços
Assim, sobre o meu rosto
Evitar seus horrorosos passos.

Ah! Se eu pudesse
Manter vivo o brilho destes meus olhos calmos
Armazenar em fitas gravadas os meus melhores sonhos
Bastando repassá-los quando quisesse.

Ah! Se eu pudesse, meu Deus
A flor que pela manhã desabrochasse
Não murcharia ao tombar do dia.
O sujeito mau que a um outro matasse
Suicidar-se-ia de arrependimento.

Ah! Se eu pudesse
Destruiria da existência humana
Todos os pensamentos inúteis e radiativos.
Incutiria no coração dos homens
O desejo de paz e harmonia sobre o mundo.

Conselhos para os amigos e amigas:

Dr.Rodtrassi
JURIR-BU

1 - Deixe as coisas fluírem naturalmente.
2 - Não sofra por antecipação.
3 - Seja mais tolerante com você e com os outros.
4 - Veja/analise as coisas no seu devido contexto.
5 - Seja solidário, mas não pegue para você problemas que não são seus.
6 - Não é preciso ser destaque sempre e nem tampouco ter a última opinião/palavra.
7 - Agradeça o universo/o cosmos por permitir que a combinação exata de elementos tenha franqueado a vida e, por consequência, a sua existência
8 - Se sua vida está difícil, olhe ao redor e veja que as dificuldades fazem parte da vida de todos; no fundo você é uma pessoa privilegiada.
9 - Se permita alguns defeitos; aprenda a conviver com eles; até porque ninguém é perfeito
10 - Tenha amigos, seja uma pessoa sincera com você e com eles. A amizade é uma verdadeira terapia.
11 - Por fim, reclame menos, pois, provavelmente, quando você partir, será o nada ou o umbral, neste último caso, você ainda terá outra chance. Então, seja grata(o).

Certo e errado

Dr.Rodtrassi
JURIR-BU

Nada tem sentido.
Desde o início. E nunca terá.
A força das suas crenças é igual, porém oposta, a força das crenças de quem pensa de forma diferente de você. Esse é o mundo. Ontologicamente para a natureza não existe “certo” ou “errado”, “bem” ou “mal”, “justo” ou “injusto”.
Todas essas variáveis são conceitos por nós criados; não possuem sentido ou força para além de nós mesmos. O mesmo buraco negro que cria também destrói.
Estamos suspensos no vácuo, quase à deriva, não fosse o que chamamos de força da gravidade. A natureza é bruta e hostil. E não faz escolhas específicas e conscientes. Por isso sofre o “bom” e o “mau”. Até porque, para ela, não há o “ bom” ou o “mau “.
Enfim, só acho... Entendedores, entenderão.

Sempre

Rogério Spanhe da Silva
JURIR-PO

Seu olhar embaçado,
Da cadeira a balançar,
Pela janela a seu lado,
Não mais vê o tempo passar.

Do tempo não mais tem noção
Os dias passam iguais
Em indiferente sucessão

Seu pensamento a vagar
Por lugares de outrora
Como no tempo voltar
Tênue sentimento do agora

Lembranças em fusão
Mistério inescrutável, mundo absorto
E apesar de tudo, mesmo apenas o calor de sua mão
Será sempre meu conforto
Mesmo que por mim
Pergunte sempre
Estando eu, bem assim,
Na sua frente

Sempre
Amada mãe.

POEMA AO ENTARDECER

Manoel Messias Fernandes de Souza JURIR-SP

Fim de tarde, mais um dia de reflexão e poesia.
Do lado oposto ao sonhar
Morre amarelado, no poente, o Sol.

Soam, longínquas, no relógio da matriz
As horas.
Há no langoroso arrastar de suas pancadas
_ Alma adentro... Alma afora _
Uma leve sensação de mistério.

Amorosos ventos do entardecer
Dançam, faladores, entre folhas
E galhos de árvores em pânico.
Engendram em seu murmúrio
O canto melódico dos rouxinóis.

Seria quem sabe a vida, nesse
Instante, um não sei quê de estar ouvindo
As breves badaladas indistintas
A se propagarem pelas entranhas da alma
Enquanto modulam ária saborosa
Na vozeada dos ventos, os rouxinóis.

ENAMORADO

Manoel Messias Fernandes de Souza JURIR-SP

Conheço o teu cheiro
Que ainda se acha suspenso
No ar úmido da madrugada.
Ventos frios e nervosos
Penetram pelas fendas das fechaduras
Falam baixinho nos meus ouvidos.
És tu... És tu quem fala
Nas vozes dos ventos.
Ouço-te atormentado
E em tristes lamentos:
Tudo se foi e o nosso caso
Já é fato consumado.
Somente as nossas memórias
Conseguem atravessar o árduo desfiladeiro do tempo.
Esses ventos, essa meiga voz, as carícias,
Tudo me faz lembrar o teu amor.
As flores que tu me deste
Ainda se encontram úmidas
Acolhidas em fino vaso
Feito de um barro especial
Umedecidas por um líquido
De um vermelho sobrenatural.
De suas encantadoras pétalas
Exala sutil fragrância
Que ao difundir-se pela minh'alma
Sinto-me como um lírio
(tanto sonho! Quanto delírio!)
Em tuas mãos enamorado!

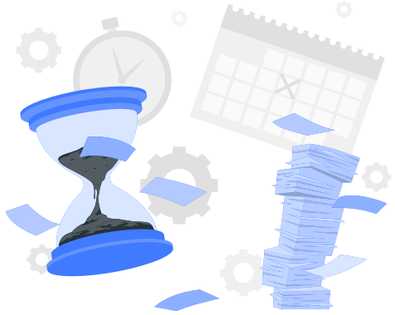
O que é a vida?

Dr.Rodtrassi
JURIR-BU

O que é a vida? Pergunta o poeta. Pergunta o escritor. Pergunta o cantor. Pergunta o filósofo. Pergunta o cientista. Cada qual, sob seu ponto de vista, aponta uma característica, uma nuance, uma qualidade, mas ninguém, absolutamente ninguém, conseguiu esclarecer de forma contundente esse enigma existencial. Aliás, só é enigma, por que existimos, mas, porque existimos? Uns dizem que a vida é dádiva, outros que é dor e sofrimento, outros, mais pragmáticos, dizem que é tudo o que está ao nosso redor. É momentânea, é rápida, é dual (alegre e triste; bela e feia; dolorida e prazerosa; amorosa e rancorosa, enfim), é tanta coisa, que nossa vã filosofia não consegue decifrá-la. É um verdadeiro enigma, tão enigmática que alguns, mais modernos e sonhadores, creem ser uma matrix, um programa de computador. É muito louco tudo isso, não é? Queria muito saber o que é a vida, e mais, se há vida além desta vida. Não sei, não consigo compreender, não tenho luzes suficientes para apreender os sinais. E isso importa? Para mim importa, mas como não tenho inteligência suficiente para resolver esse enigma sigo meu caminho, ultimamente mais devagar, pois como disse o poeta “já tive pressa”, mas pressa pra quê? Se não sabemos o que vem depois, se é que vem. Bem meus amigos, sigamos com bom ânimo e coragem, pois a vida é de verdade, a vida urge, não retroage, compõe-se de mistérios, mas tem uma seta sempre indicando para frente. Então, sigamos para frente.

Acerca do tempo

Davi Duarte, Porto Alegre (RS), 12-11-2020 - 20h 34



Neste tempo transitório
De muitas transformações
O que mais passa é a vida
Pois o tempo, ah! o tempo, não passa não!

Quem passa, então?
Passamos todos,
Passo eu, passa você,
passamos nós...
Acompanhados, ou sós.

E da criança ao idoso
Nesta vaga de vida
Fazemos nossa corrida,
Temos aqui a nossa vez.
Só não passa o tempo, que recolhe o fragmento
Da poeira lançada ao vento
De vidas passadas no tempo,
Da vida de todos nós.

EBRADI
Seu diferencial
ecossistema ânima

A **EBRADI** possui novidades para quem busca excelência no âmbito jurídico e profissional.

RENATO OPICE BLUM IVES GANDRA MARTINS GUILHERME NUCCI GISELDA HIRONAKA PAULO LUCON

ESTUDE COM OS **MAIORES** NOMES DO DIREITO!

Garanta mais **30% de desconto nas pós-graduações e cursos livres** da **EBRADI**.

Desconto válido apenas para conveniados.
Entre em contato com a Central de Vendas:
0800 941 7766
(opção 1)

O desconto previsto não será aplicável nas campanhas de Black November (novembro), Mês de Aniversário (agosto), cursos em pré-lançamento e nos cursos em parceria com a OAB SP ESA + EBRADI.

EQUIPE Advocef

Rotinas administrativas, contábeis, suporte na realização de eventos pelos jurídicos do Brasil e manutenção tecnológica são algumas das atribuições que envolvem o trabalho dos colaboradores da Advocef.

Atualmente, a equipe responsável pelo andamento da Associação é formada por cinco funcionários, que atendem, direta ou indiretamente, as demandas dos mais de 800 associados. Conheça os profissionais:

ANNE KAROLLYNE LEITE

Analista de Secretaria

Graduada em gestão de recursos humanos, atualmente cursa MBA em gestão de projetos. Entre outros pontos é responsável pelas rotinas administrativas como movimentação dos advogados, mensalidades, monitoramento e atualizações cadastrais, arquivos de documentos e controle de agenda. Demandas relativas à secretaria devem ser enviadas para o e-mail secretaria@advocef.org.br

BÁRBARA BRAS GOMES

Analista Financeira

Com formação em administração e ciências contábeis, ela cursa pós-graduação em gestão financeira e controladoria. Responsável pelo rateio de honorários, também atua no gerenciamento de contas bancárias e operacionalização de pagamentos da Advocef e demais rotinas. Assuntos financeiros, como estorno de honorários e custas processuais, por exemplo, devem ser tratados por meio do endereço financeiro@advocef.org.br

JESSICA OLIVEIRA SOUZA

Analista Administrativo

Formada em gestão de recursos humanos, atualmente é acadêmica do curso de direito. Na entidade, trabalha diretamente na organização de eventos como o Ciclo de Palestras e o Congresso da Advocef. Entre outros pontos, é incumbida do envio de correspondências e brindes da instituição aos destinatários. Para falar destas e outras questões relacionadas contate o e-mail advocef@advocef.org.br

MARCIANA ALVES

Assessora de Comunicação Interna

Graduada em comunicação social com ênfase em jornalismo, atua na comunicação interna da Advocef. É responsável pela apuração, produção e edição de notas e notícias para o site e também é faz a atualização das redes sociais da entidade. Sugestões e demandas devem ser enviadas ao e-mail comunicacao@advocef.org.br

WALISSON GOMES

Analista de T.I.

Pós-graduado em engenharia de software, também possui certificação Scrum Master (CSM). Ele atua na viabilização de novas tecnologias que atendam às demandas dos associados e dos setores internos da Associação. Além disso, fornece suporte aos usuários, faz a gestão de projetos da área de tecnologia (com a fábrica de software) e suporte as áreas internas da associação. Solicitações são atendidas via e-mail informatica@advocef.org.br